



IPL

escola superior de educação
e ciências sociais
instituto politécnico de leiria

12^a CONFERÊNCIA

MEDIAÇÃO INTERCULTURAL E INTERVENÇÃO SOCIAL

50 ANOS DE 25^{DE} ABRIL

TRANSIÇÕES E TRANSFORMAÇÕES

5 - 6 | DEZEMBRO | 2024

Ricardo Vieira
José Carlos Marques
Pedro Silva
Ana Maria Vieira
Cristóvão Margarido
Rui Santos
Fernando Magalhães
Ricardo Pocinho
Patrícia Pereira
Ana Arqueiro
(Orgs.)

LIVRO DE RESUMOS
BOOK OF ABSTRACTS



IPL

escola superior de educação



CICS.NOVA
CENTRO INTERDISCIPLINAR
DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Centro Interdisciplinar
de Ciências Sociais
CICS.NOVA.IPLeia

**12.^a CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE
MEDIAÇÃO INTERCULTURAL E INTERVENÇÃO SOCIAL**

**50 anos de 25 de Abril:
Transições e Transformações**

LIVRO DE RESUMOS

Ricardo Vieira, José Carlos Marques, Pedro Silva, Ana Maria Vieira,
Cristóvão Margarido, Rui Santos, Fernando Magalhães,
Ricardo Pocinho, Patrícia Pereira, Ana Arqueiro
(Orgs.)

Leiria, 5 e 6 de dezembro de 2024

Título: Livro de Resumos – 12.ª Conferência Internacional de Mediação Intercultural e Intervenção Social – 50 anos de 25 de Abril: Transições e Transformações

Organizadores: Ricardo Vieira, José Carlos Marques, Pedro Silva, Ana Maria Vieira, Cristóvão Margarido, Rui Santos, Fernando Magalhães, Ricardo Pocinho, Patrícia Pereira, Ana Arqueiro

Revisão e edição de texto: Ana Arqueiro

Capa: eventQualia

Edição: CICS.NOVA.IPLeiria e ESECS.IPLeiria

ISBN: 978-989-35869-5-2

DOI: <https://doi.org/10.25766/wqtb-j947>

Dezembro de 2024

Os resumos incluídos neste livro foram objeto de avaliação científica.

Este trabalho foi financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto «UIDB/04647/2020» do CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa e pela ESECS.IPLeiria.



Centro Interdisciplinar
de Ciências Sociais
CICS.NOVA.IPLeiria



FCT Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia



Comissão Organizadora

Presidente | Ana Maria Vieira, Instituto Politécnico de Leiria e CICS.NOVA.IPLeiria, Portugal

Membros

Cristóvão Margarido, Instituto Politécnico de Leiria e CICS.NOVA.IPLeiria, Portugal
Fernando Magalhães, Instituto Politécnico de Leiria e CRIA-Iscte, Portugal
José Marques, Instituto Politécnico de Leiria e CICS.NOVA.IPLeiria, Portugal
Patrícia Pereira, Instituto Politécnico de Leiria e CICS.NOVA.IPLeiria, Portugal
Pedro Silva, Instituto Politécnico de Leiria, CIE-UPorto e CICS.NOVA.IPLeiria, Portugal
Ricardo Pocinho, Instituto Politécnico de Leiria e CICS.NOVA.IPLeiria, Portugal
Ricardo Vieira, Instituto Politécnico de Leiria e CICS.NOVA.IPLeiria, Portugal

Apoio Executivo

Ana Arqueiro, Instituto Politécnico de Leiria, Portugal
Adelaide Ferreira, Gab. de Relações Públicas e Cooperação Internacional, ESECS.IPLeiria, Portugal
Rui Silva, Apoio Informático, ESECS.IPLeiria, Portugal

Ana Cunha, Licenciatura em Educação Social, ESECS.IPLeiria, Portugal
Ana Rita Ferreira, Licenciatura em Educação Social, ESECS.IPLeiria, Portugal
André Sampaio, Licenciatura em Educação Social, ESECS.IPLeiria, Portugal
Andreia Mateus, Licenciatura em Educação Social, ESECS.IPLeiria, Portugal
Beatriz Pinto, Licenciatura em Educação Social, ESECS.IPLeiria, Portugal
Beatriz Saraiva, Licenciatura em Serviço Social, ESECS.IPLeiria, Portugal
Brielasy, Licenciatura em Serviço Social, ESECS.IPLeiria, Portugal
Bruna Rodrigues, Licenciatura em Educação Social, ESECS.IPLeiria, Portugal
Bruno Almeida, Licenciatura em Educação Social, ESECS.IPLeiria, Portugal
Carla Matos, Licenciatura em Educação Social, ESECS.IPLeiria, Portugal
Carolina Vicente, Licenciatura em Educação Social, ESECS.IPLeiria, Portugal
Catarina Monteiro, Licenciatura em Educação Social, ESECS.IPLeiria, Portugal
Cinderela Silva, Licenciatura em Serviço Social, ESECS.IPLeiria, Portugal
Diana Amoroso, Licenciatura em Serviço Social, ESECS.IPLeiria, Portugal
Diana Garcia, Licenciatura em Educação Social, ESECS.IPLeiria, Portugal
Diana Lavos, Licenciatura em Educação Social, ESECS.IPLeiria, Portugal
Diana Oliveira, Licenciatura em Educação Social, ESECS.IPLeiria, Portugal
Diana Serrador, Licenciatura em Serviço Social, ESECS.IPLeiria, Portugal
Érica Pedro, Licenciatura em Educação Social, ESECS.IPLeiria, Portugal
Eva Almeida, Licenciatura em Educação Social, ESECS.IPLeiria, Portugal
Heidy Silva, Licenciatura em Educação Social, ESECS.IPLeiria, Portugal
Henrique Pazos, Licenciatura em Educação Social, ESECS.IPLeiria, Portugal
Iara Maria, Licenciatura em Educação Social, ESECS.IPLeiria, Portugal
Inês Azevedo, Licenciatura em Serviço Social, ESECS.IPLeiria, Portugal
Inês Tavares, Licenciatura em Serviço Social, ESECS.IPLeiria, Portugal
Jéssica Campenhe, Licenciatura em Educação Social, ESECS.IPLeiria, Portugal
Juliana Freire Matias, Licenciatura em Serviço Social, ESECS.IPLeiria, Portugal
Lara dos Reis Caetano, Licenciatura em Serviço Social, ESECS.IPLeiria, Portugal
Léa Costa, Licenciatura em Educação Social, ESECS.IPLeiria, Portugal
Luísa Lobo, Licenciatura em Educação Social, ESECS.IPLeiria, Portugal
Manuel João Marques, Licenciatura em Serviço Social, ESECS.IPLeiria, Portugal
Margarida Moura, Licenciatura em Educação Social, ESECS.IPLeiria, Portugal

Margarida Sequeira, Licenciatura em Serviço Social, ESECS.IPLeiria, Portugal
Maria Beatriz Gomes, Licenciatura em Educação Social, ESECS.IPLeiria, Portugal
Maria Carreira, Licenciatura em Educação Social, ESECS.IPLeiria, Portugal
Maria Morganho, Licenciatura em Educação Social, ESECS.IPLeiria, Portugal
Mariana Marques, Licenciatura em Serviço Social, ESECS.IPLeiria, Portugal
Matilde Rodrigues, Licenciatura em Educação Social, ESECS.IPLeiria, Portugal
Noelma Baptista, Licenciatura em Educação Social, ESECS.IPLeiria, Portugal
Raquel Carvalho, Licenciatura em Educação Social, ESECS.IPLeiria, Portugal
Sofia Cardoso, Licenciatura em Educação Social, ESECS.IPLeiria, Portugal
Sofia Carvalho, Licenciatura em Educação Social, ESECS.IPLeiria, Portugal
Sofia Neves, Licenciatura em Educação Social, ESECS.IPLeiria, Portugal
Tais Oliveira, Licenciatura em Serviço Social, ESECS.IPLeiria, Portugal
Tatiana Maria Fonseca, Licenciatura em Serviço Social, ESECS.IPLeiria, Portugal
Telma Lopes, Licenciatura em Educação Social, ESECS.IPLeiria, Portugal
Tomás Felício, Licenciatura em Educação Social, ESECS.IPLeiria, Portugal
Verónica Martins, Licenciatura em Educação Social, ESECS.IPLeiria, Portugal

Comissão Científica

Presidente

Pedro Silva, Instituto Politécnico de Leiria, CIIE-UPorto e CICS.NOVA.IPLeiria, Portugal

Membros

Abílio Amiguinho, Instituto Politécnico de Portalegre, Portugal
Amélia Lopes, Universidade do Porto, Portugal
Américo Peres, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal
Ana Maria Vieira, Instituto Politécnico de Leiria e CICS.NOVA.IPLeiria, Portugal
André Carmo, Universidade de Évora e CICS.NOVA.UÉvora, Portugal
António Correia e Silva, Universidade de Cabo Verde, Cabo Verde
Ariana Cosme, Universidade do Porto, Portugal
Carla Valadas, Instituto Politécnico de Leiria e CEIS20-UCoimbra, Portugal
Célia Sousa, Instituto Politécnico de Leiria e CICS.NOVA.IPLeiria, Portugal
Cláudia Luísa, Universidade do Algarve, Portugal
Cristiana Madureira, Instituto Politécnico de Leiria, Portugal
Cristóvão Margarido, Instituto Politécnico de Leiria e CICS.NOVA.IPLeiria, Portugal
Dália Costa, Universidade de Lisboa, Portugal
Encarnación Bas Peña, Universidade de Múrcia, Espanha
Fernando Afonso Nunes Filho, Universidade Federal de Tocantins, Brasil
Fernando Magalhães, Instituto Politécnico de Leiria e CRIA-Iscte, Portugal
Francisco Del Pozo Serrano, UNED, Espanha
Helena Serra, Universidade Nova de Lisboa e CICS.NOVA, Portugal
Isabel Baptista, Universidade Católica Portuguesa, Portugal
Itahisa Pérez Pérez, Universidad de la Laguna, Espanha
Jenny Gil Sousa, Instituto Politécnico de Leiria e CICS.NOVA.IPLeiria, Portugal
Jesús Vilar Martín, Universidad Ramón Llull, Espanha
Joana Brinca, Universidade de Coimbra, Portugal
José Antonio Caride Gómez, Universidade de Santiago de Compostela, Espanha
José Carlos Marques, Instituto Politécnico de Leiria e CICS.NOVA.IPLeiria, Portugal
José González Monteagudo, Universidade de Sevilla, Espanha
José Luis Rodríguez Díez, Universidad Pablo de Olavide, Espanha
José Maria Trindade, Instituto Politécnico de Leiria, Portugal
José Ortega Esteban, Universidade de Salamanca, Espanha
Karla Villaseñor Palma, Benémrita Universidad Autónoma de Puebla, México
Leticia Rocha Machado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
Luís Alcoforado, Universidade de Coimbra, Portugal
Luísa Pimentel, Instituto Politécnico de Leiria, Portugal
Manuel Sarmento, Universidade do Minho, Portugal
Márcio Oliveira, Instituto Politécnico de Leiria e NECE-UBI, Portugal
Maria da Graça Mougá Poças Santos, Instituto Politécnico de Leiria, Portugal
Maria Helena Mesquita, Instituto Politécnico de Castelo Branco e CICS.NOVA.IPLeiria, Portugal
Maria Inês Pinto, Instituto Politécnico de Leiria, Portugal
María Victoria Pérez de Guzmán Puya, Universidad Pablo de Olavide e SIPS, Espanha
Mário Barata, Instituto Politécnico de Leiria, IJC, Portugal
Marlene Sousa, Instituto Politécnico de Leiria e CICS.NOVA.IPLeiria, Portugal
Miguel Bento, Instituto Politécnico de Beja, CESSDL, Portugal
Miguel Prata Gomes, ESE Paula Frassinetti, Portugal
Neila Barbosa Osório, Universidade Federal de Tocantins, Brasil

Neusa Gusmão, Universidade de Campinas, Brasil
Patrícia Pereira, Instituto Politécnico de Leiria e CICS.NOVA.IPLeiria, Portugal
Paulo Delgado, Instituto Politécnico do Porto, Portugal
Pilar Damião de Medeiros, Universidade dos Açores e CICS.NOVA.UAçores, Portugal
Ricardo Pocinho, Instituto Politécnico de Leiria e CICS.NOVA.IPLeiria, Portugal
Ricardo Vieira, Instituto Politécnico de Leiria e CICS.NOVA.IPLeiria, Portugal
Rita Gradaílle Pernas, Universidade de Santiago de Compostela, Espanha
Rodrigo Dominguez, Universidade do Minho e CICS.NOVA.UMinho, Portugal
Rodrigo Rosistolato, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Rui Matos, Instituto Politécnico de Leiria e CIDESD, Portugal
Rui Santos, Instituto Politécnico de Leiria e CICS.NOVA.IPLeiria, Portugal
Rui Trindade, Universidade do Porto, Portugal
Sandra Antunes, Instituto Politécnico de Viseu, Portugal
Sara Mónico Lopes, Instituto Politécnico de Leiria e CICS.NOVA.IPLeiria, Portugal
Susana Faria, Instituto Politécnico de Leiria e CI&DEI, Portugal
Tânia de Freitas Resende, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
Tânia Santos, Instituto Politécnico de Leiria, Portugal
Xavier Úcar Martínez, Universitat Autònoma de Barcelona, Espanha
Xosé Manuel Cid, Universidade de Vigo, Espanha

ÍNDICE

NOTA INTRODUTÓRIA	8
PROGRAMA	11
RESUMOS	12
A. POLÍTICAS E DIREITOS SOCIAIS	13
A.1. Política, Território e Direito à Habitação	14
12MIIS-29273 <i>'Não cruzámos os braços!': mulheres, resistência quotidiana e subjetividade política na luta pelo direito à habitação em Lisboa</i> Patrícia Pereira (CICS.NOVA.IPLeiria e ESECS.IPLeiria)	15
12MIIS-68176 <i>Imigração e habitação: o acesso dos imigrantes às políticas de habitação na cidade de Lisboa – um recorte dos anos pós-25 de Abril de 1974 até a atualidade</i> Camila Costa Bruno (ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa) Rosane Araujo (ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa) Marcelo Roschel (ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa)	16
12MIIS-51000 <i>50 anos do 25 de Abril – resistência e luta por justiça espacial no 2.º Torrão</i> Camila Costa Bruno (ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa)	17
12MIIS-31238 <i>A dimensão social do poder local nos 50 anos de Abril</i> Manuel Menezes (ISMT, ICNOVA)	18
12MIIS-68350 <i>Redução em quase 90% das chegadas irregulares de migrantes à UE através do Mar Mediterrâneo: como aconteceu?</i> Joana Alvalá (CICS.NOVA)	19
A.2. Práticas de Intervenção Social	20
12MIIS-26355 <i>O 25 de Abril e as mulheres nas organizações de economia social e solidária</i> Tânia Cristina Simões de Matos dos Santos (CICS.NOVA.IPLeiria e ESECS.IPLeiria) Ricardo Manuel das Neves Vieira (CICS.NOVA.IPLeiria e ESECS.IPLeiria)	21
12MIIS-60155 <i>O papel dos interventores de 1.ª linha no acesso à política de combate à pobreza – Rendimento Social de Inserção – na crise</i> Maria de Fátima Morgado Barreto de Oliveira (PIUDSS- Universidade Católica de Lisboa e Faculdade de Psicologia e Ciências Sociais da Universidade de Coimbra)	22

12MIIS-48129	23
<i>Serviço Social... onde estavas no 25 de Abril?</i>	
Cristóvão Margarido (CICS.NOVA.IPLeiria e ESECS.IPLeiria)	
Maria Inês Pinto (ESECS.IPLeiria)	
Rui Duarte Santos (CICS.NOVA.IPLeiria e ESECS.IPLeiria)	
Emanuel Margarido (ESECS.IPLeiria)	
12MIIS-27017	24
<i>Políticas sociais: transições e transformações após o 25 de Abril</i>	
Emanuel Margarido (ESECS.IPLeiria)	
Rui Duarte Santos (ESECS.IPLeiria e CICS.NOVA.IPLeiria)	
Cristóvão Margarido (ESECS.IPLeiria e CICS.NOVA.IPLeiria)	
12MIIS-14925	25
<i>Vamos brincar lá fora</i>	
Ana Patrícia da Silva Cardoso (ESECS.IPLeiria)	
A.3. Cidadania, Direitos Sociais e Políticas	26
12MIIS-32327	27
<i>Policy changes in the domain of rights of LGBTIQ people in Portugal: the relevance of political parties and civil society actors</i>	
Inês Santos Almeida (Universidade de Aveiro)	
Luís F. Mota (Universidade do Minho)	
12MIIS-66133	28
<i>Os direitos das crianças no cinquentenário do 25 de Abril</i>	
Isabel Maria Loureiro Restier Grijó Poças (Advogada)	
12MIIS-32280	29
<i>Evolução das políticas públicas de adoção em Portugal: impactos do 25 de Abril e desafios na comunicação familiar</i>	
Luiza Teixeira Dias (Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto)	
12MIIS-50407	30
<i>Rutura do estado ditatorial, democratização da sociedade e conquista de direitos sociais à comunidade LGBTI+</i>	
Maria Helena Loureiro Cachopo (IPBEJA - Instituto Politécnico de Beja)	
Maria José de Souza Barbosa (IFPA - Instituto Federal do Pará)	
B. CULTURA, ARTES E ASSOCIATIVISMO	31
B.1. Música, Performance e Resistência	32
12MIIS-10659	33
<i>'Dos ritmos imitados doutra dança': o fado que samba no projeto 'RioLisboa'</i>	
Kamila Borges Aragão Pessoa (ISCSP - University of Lisbon, School of Social and Political Sciences)	
12MIIS-40378	34
<i>Ópera como ato político: Portugal, entre a ditadura e a democracia</i>	
Paula Gomes-Ribeiro (Universidade Nova de Lisboa; CESEM - Centro de Estudos de Sociologia e Estética Musical)	
12MIIS-33350	35
<i>Vozes da mudança: a intervenção cultural na construção da democracia portuguesa e o exemplo da 'Culturona'</i>	
Isabel Duarte de Almeida (ISCTE-IUL)	

B.2. Democracia e Transformação Cultural	36
12MIIS-67643	37
<i>Transformações do cinema português no 25 de Abril: do novo cinema à documentação da Revolução</i> António Manuel Dias Costa Valente (CIAC, Universidade do Algarve)	
12MIIS-19120	38
<i>Helena Vieira da Silva e o seu cartaz 'A Poesia está na Rua'</i> Maria Cordeiro (ESECS, Politécnico de Portalegre) Ana Cravo (ESECS, Politécnico de Portalegre)	
12MIIS-46540	39
<i>Arquitetura moderna brasileira: entre a democracia e a ditadura</i> Gustavo Riquetto Hvenegaard (PUC Minas; ESECS.IPLeiria)	
12MIIS-49860	40
<i>PerfilLocal – projeto editorial afirma 50 anos de Abril</i> Ricardo Jorge Melo Nunes (Escola Superior de Educação do IPS) Iara Silva (Escola Superior de Educação do IPS) Rui Morais (Escola Superior de Educação do IPS)	
B.3. Associativismo e Comunidade	41
12MIIS-30078	42
<i>Associativismo e desenvolvimento comunitário antes e depois do 25 de Abril</i> Ana Maria De Sousa Neves Vieira (CICS.NOVA.IPLeiria e ESECS.IPLeiria) Ricardo Manuel da Neves Vieira (CICS.NOVA.IPLeiria e ESECS.IPLeiria)	
12MIIS-62925	43
<i>A emergência das Casas do Povo em Portugal e o seu papel no desenvolvimento comunitário</i> Tânia Cristina Simões de Matos dos Santos (CICS.NOVA.IPLeiria e ESECS.IPLeiria) Ricardo Manuel das Neves Vieira (CICS.NOVA.IPLeiria e ESECS.IPLeiria)	
12MIIS-77350	44
<i>As pessoas são património – estratégias participativas na Carta Arqueológica da Lourinhã</i> José Bruno da Costa Cruz (CIEBA - Centro de Investigação e de Estudos em Belas-Artes da Universidade de Lisboa)	
12MIIS-81534	45
<i>"Em Lisboa e no Brasil, sempre em defesa dos valores de Abril": o Coletivo Andorinha e a mobilização transnacional anti-fascista através das ideias do 25 de Abril</i> Maria Runkel Cardoso (CRIA - NOVA/FCSH)	
12MIIS-57815	46
<i>O movimento associativo em Porto de Mós: transições e transformações entre a ditadura, a democracia e o presente</i> Kevin Carreira Soares (Câmara Municipal de Porto de Mós)	
C. EDUCAÇÃO, ENSINO E INCLUSÃO SOCIAL	47
C.1. Democratização da Educação: Memórias e Narrativas	48
12MIIS-12091	49
<i>Memórias da Revolução, discursos para a Nação: professores do Estado Novo / professores e educadores do pós-25 de Abril</i> Ricardo Manuel das Neves Vieira (CICS.NOVA.IPLeiria e ESECS.IPLeiria) Ana Maria Vieira (CICS.NOVA.IPLeiria e ESECS.IPLeiria)	

12MIIS-58839	50
<i>Democratização e a autocratização da escola portuguesa: uma análise e compreensão das narrativas legislativas educacionais do pós-25 de Abril</i>	
Henrique Manuel Pereira Ramalho (Politécnico de Viseu - Escola Superior de Educação)	
12MIIS-86624	51
<i>Prestação de contas na educação do pós-25 de Abril: sentidos discursivos em análise</i>	
Henrique Manuel Pereira Ramalho (Politécnico de Viseu - Escola Superior de Educação)	
12MIIS-73802	52
<i>O Instituto Superior Miguel Torga e a Revolução de 25 de Abril</i>	
Sónia Ribeiro (Instituto Superior Miguel Torga)	
Maria Rosa Tomé (Instituto Superior Miguel Torga)	
Dulce Simões (Instituto Superior Miguel Torga)	
C.2. Mediação Intercultural e Práticas Pedagógicas	53
12MIIS-42585	54
<i>Práticas pedagógicas para a justiça social no ensino superior em Portugal</i>	
Patrícia Pereira (CICS.NOVA.IPLeiria e ESECS.IPLeiria)	
Rita Cachado (CIES, Iscte)	
Inês Pereira (NOVA FCSH)	
12MIIS-68005	55
<i>Mediação intercultural e inclusão das pessoas ciganas: desafios e possibilidades</i>	
Inês Barbosa (Instituto de Sociologia da Universidade do Porto)	
12MIIS-25215	56
<i>Entre a mediação idealizada e a mediação possível: o papel dos mediadores municipais interculturais no processo de integração de pessoas ciganas na cidade do Porto</i>	
Olga Maria dos Santos Magano (Universidade Aberta & CIES-Iscte)	
12MIIS-30419	57
<i>Educação para a democracia na era da IA – reflexões sobre algumas práticas pedagógicas democráticas em sala de aula</i>	
Ana Paula da Silveira Simões Pedro (Universidade de Aveiro)	
C.3. Educação, Instituições e Direitos	58
12MIIS-52751	59
<i>As instituições de ensino superior e a Constituição da República Portuguesa de 1976</i>	
Mário Simões Barata (Instituto Politécnico de Leiria)	
12MIIS-74001	60
<i>Migrações, políticas de integração e os desafios presentes na educação de alunos migrantes recém-chegados</i>	
Maria de Fatima Ginicolo (Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto)	
12MIIS-77076	61
<i>Segurança escolar: sustentar a liberdade</i>	
Milena Isabel da Luz Pereira (DGEstE/DSSE)	
Liliana Martins (DGEstE/DSSE)	
Isabel Dâmaso Santos (DGEstE/DSSE)	

NOTA INTRODUTÓRIA

Cada Conferência MIIS – Mediação Intercultural e Intervenção Social, embora com um escopo sempre alargado, tem decorrido sob o signo de um tema aglutinador. Em 2024, aquando da sua 12.ª Conferência, era praticamente impossível não promovermos um olhar sobre os 50 anos do 25 de Abril, essa data límpida e luminosa, simultaneamente já longínqua e, no entanto, sempre tão presente.

O 25 de Abril, é sabido, transformou-se num fenómeno multidimensional por onde é possível espriar um caleidoscópio de olhares, ou seja, de perspetivas sempre renovadas. De algum modo, consistiu num golpe militar que, sendo objeto de uma imediata apropriação popular, deu origem a uma revolução. Esta, enquanto tal, incorpora traços típicos de qualquer fenómeno revolucionário, mas também traços singulares que a têm tornado num estudo de caso de contornos internacionais.

Se é verdade que, segundo especialistas de diversas ciências sociais, o período de forte mudança social pelo qual Portugal passa atualmente terá começado na década anterior (a de 1960), é também certo que o 25 de Abril terá acelerado e alterado muitos dos processos já então em marcha e, eventualmente, induzido novos. Os seus efeitos fazem-se sentir aos mais variados níveis: social, cultural, económico, político, entre outros.

A 12.ª Conferência MIIS pretende, assim, constituir-se num espaço de reflexão sobre alguns dos múltiplos efeitos que a Revolução de Abril terá inspirado, sabendo nós que Portugal vive, de acordo com muitos investigadores, o período de maior e mais rápida mudança de toda a sua longa história. Sendo cada um de nós testemunha e protagonista deste período, fica o desafio para pensarmos os “50 anos de 25 de Abril: Transições e Transformações”, neste Ciclo de Conferências, iniciado no dia 19 de março de 2024, Dia do Pai e Dia Internacional do Serviço Social, e com encerramento na Conferência de 5 e 6 de dezembro.

O evento contará com uma conferência de abertura proferida por Álvaro Laborinho Lúcio, Juiz Jubilado do Supremo Tribunal de Justiça – “50 Anos de 25 de Abril: Democratizar, Descolonizar, Desenvolver” – e, ao longo dos dois dias, com três mesas-redondas subordinadas a diferentes temáticas:

- *Associativismo, Cultura e Desenvolvimento Local*, com Graça Cordeiro (ISCTE - UL), Raquel Gomes (SAMP - Leiria) e Adélio Amaro (CML) – no dia 5;
- *Direitos Políticos e Sociais*, com João Baía (Universidade Aberta), Manuela Mendes (ISCSP - UL) e Manuel Carvalho da Silva (CoLABOR- Laboratório Colaborativo para o Trabalho, Emprego e Proteção Social) – também no dia 5;
- *Os Professores e a Qualidade Educativa. O que dizem 50 anos de Docência – O Projeto Fyt-ID*, com Amélia Lopes (FPCEP - UP), Luís Grosso Correia (FLUP), Leanete Dotta (Universidade Lusófona do Porto) e Rita Sousa (FPCEP - UP) – no dia 6.

As comunicações livres, igualmente transversais aos dois dias da Conferência, serão apresentadas *online* e presencialmente e enquadram-se em três grandes temas, a debater em nove sessões paralelas – a saber:

- A. POLÍTICAS E DIREITOS SOCIAIS (14 comunicações)
 - A.1. Política, Território e Direito à Habitação (5 com.)
 - A.2. Práticas de Intervenção Social (5 com.)
 - A.3. Cidadania, Direitos Sociais e Políticas (4 com.)

- B. CULTURA, ARTES E ASSOCIATIVISMO (12 comunicações)
 - B.1. Música, *Performance* e Resistência (3 com.)
 - B.2. Democracia e Transformação Cultural (4 com.)
 - B.3. Associativismo e Comunidade (5 com.)

- C. EDUCAÇÃO, ENSINO E INCLUSÃO SOCIAL (11 comunicações)
 - C.1. Democratização da Educação: Memórias e Narrativas (4 com.)
 - C.2. Mediação Intercultural e Práticas Pedagógicas (4 com.)
 - C.3. Educação, Instituições e Direitos (3 com.)

No segundo dia da conferência, 6 de dezembro, será, ainda, apresentado o livro *Redes e Parcerias em Territórios e Municípios: Mediação Intercultural e Intervenção Social*, organizado por Ricardo Vieira, José Carlos Marques, Pedro Silva, Ana Maria Vieira, Cristóvão Margarido, Rui Santos e Fernando Magalhães.

O Livro de Atas, em formato *e-book*, integrando os textos completos dos resumos que aqui se apresentam, será publicado durante o ano de 2025.

PROGRAMA

PROGRAMA

Quinta-feira, 5 de dezembro de 2024		
8:30 - 9:00	Recepção e entrega de pastas	
09:00 - 10:00	Sessão de Abertura	Carlos Rabadão Presidente do IPLeiria Pedro Morouço Diretor da ESECS Cristóvão Margarido Coordenador do CICS.NOVA.IPLeiria Pedro Silva Presidente da Comissão Científica Ana Maria Vieira Presidente da Comissão Organizadora
10:00 - 11:00	Conferência de Abertura	50 Anos de 25 de Abril: Democratizar, Descolonizar, Desenvolver Álvaro Laborinho Lúcio (Juiz Jubilado do Supremo Tribunal de Justiça) Moderadora: Ana Maria Vieira (ESECS.IPLeiria e CICS.NOVA.IPLeiria)
11:00 - 11:15	Pausa	
11:15 - 13:00	Mesa-Redonda	Associativismo, Cultura e Desenvolvimento Local Graça Cordeiro ISCTE - UL Raquel Gomes SAMP - Leiria Adélio Amaro CML Moderador: José Carlos Marques (ESECS.IPLeiria e CICS.NOVA.IPLeiria)
13:00 - 14:15	Almoço	
14:15 - 16:00	Mesa-Redonda	Direitos Políticos e Sociais João Baía Universidade Aberta Manuela Mendes ISCS - UL Manuel Carvalho da Silva CoLABOR- Laboratório Colaborativo para o Trabalho, Emprego e Proteção Social Moderador: Pedro Silva (ESECS.IPLeiria, CIIE-UPorto e CICS.NOVA.IPLeiria)
16:00 - 16:30	Pausa	
16:30 - 18:00	Sala B 1.37 e online	SESSÃO A.1. Política, Território e Direito à Habitação TEMA A: POLÍTICAS E DIREITOS SOCIAIS Moderador: José Trindade (ESECS.IPLeiria) 12MIIS-29273 - 'Não cruzámos os braços!': mulheres, resistência quotidiana e subjetividade política na luta pelo direito à habitação em Lisboa Patrícia Pereira (CICS.NOVA.IPLeiria e ESECS.IPLeiria)
	Comunicações Livres	

16:30 - 18:00 Comunicações Livres	Sala B 1.37 e online	<p>12MIIS-68176 - Imigração e habitação: o acesso dos imigrantes às políticas de habitação na cidade de Lisboa – um recorte dos anos pós-25 de Abril de 1974 até a atualidade Camila Costa Bruno (ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa) Rosane Araujo (ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa) Marcelo Roschel (ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa)</p> <p>12MIIS-51000 - 50 anos do 25 de Abril – resistência e luta por justiça espacial no 2.º Torrão Camila Costa Bruno (ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa)</p> <p>12MIIS-31238 - A dimensão social do poder local nos 50 anos de Abril Manuel Menezes (ISMT, ICNOVA)</p> <p>12MIIS-68350 - Redução em quase 90% das chegadas irregulares de migrantes à UE através do Mar Mediterrâneo: como aconteceu? Joana Alvardia (CICS.NOVA)</p>
	Sala B 1.38 e online	<p>SESSÃO B.1. Música, Performance e Resistência TEMA B: CULTURA, ARTES E ASSOCIATIVISMO</p> <p style="text-align: right;">Moderador: Cristóvão Margarido (ESECS.IPLeiria e CICS.NOVA.IPLeiria)</p> <p>12MIIS-10659 - 'Dos ritmos imitados doutra dança': o fado que samba no projeto 'RioLisboa' Kamila Borges Aragão Pessoa (ISCSP - University of Lisbon, School of Social and Political Sciences)</p> <p>12MIIS-40378 - Ópera como ato político: Portugal, entre a ditadura e a democracia Paula Gomes-Ribeiro (Universidade Nova de Lisboa; CESEM - Centro de Estudos de Sociologia e Estética Musical)</p> <p>12MIIS-33350 - Vozes da mudança: a intervenção cultural na construção da democracia portuguesa e o exemplo da 'Culturona' Isabel Duarte de Almeida (ISCTE-IUL)</p>
	Sala B 1.40 e online	<p>SESSÃO C.1. Democratização da Educação: Memórias e Narrativas TEMA C: EDUCAÇÃO, ENSINO E INCLUSÃO SOCIAL</p> <p style="text-align: right;">Moderadora: Susana Faria (ESECS.IPLeiria e CI&DEI)</p> <p>12MIIS-12091 - Memórias da Revolução, discursos para a Nação: professores do Estado Novo / professores e educadores do pós-25 de Abril Ricardo Manuel das Neves Vieira (CICS.NOVA.IPLeiria e ESECS.IPLeiria) Ana Maria Vieira (CICS.NOVA.IPLeiria e ESECS.IPLeiria)</p> <p>12MIIS-58839 - Democratização e a autocratização da escola portuguesa: uma análise e compreensão das narrativas legislativas educacionais do pós-25 de Abril Henrique Manuel Pereira Ramalho (Politécnico de Viseu - Escola Superior de Educação)</p> <p>12MIIS-86624 - Prestação de contas na educação do pós-25 de Abril: sentidos discursivos em análise Henrique Manuel Pereira Ramalho (Politécnico de Viseu - Escola Superior de Educação)</p> <p>12MIIS-73802 - O Instituto Superior Miguel Torga e a Revolução de 25 de Abril Sónia Ribeiro (Instituto Superior Miguel Torga) Maria Rosa Tomé (Instituto Superior Miguel Torga) Dulce Simões (Instituto Superior Miguel Torga)</p>
20:00 - 23:00	Jantar da Conferência	

Sexta-feira, 6 de dezembro de 2024

	<p align="center">Sala B 1.35 e <i>online</i></p>	<p>SESSÃO A.2. Práticas de Intervenção Social TEMA A: POLÍTICAS E DIREITOS SOCIAIS</p> <p align="right">Moderadora: Carla Valadas (ESECS.IPLeiria e CEIS20-UCoimbra)</p> <p>12MIIS-26355 - <i>O 25 de Abril e as mulheres nas organizações de economia social e solidária</i> Tânia Cristina Simões de Matos dos Santos (CICS.NOVA.IPLeiria e ESECS.IPLeiria) Ricardo Manuel das Neves Vieira (CICS.NOVA.IPLeiria e ESECS.IPLeiria)</p> <p>12MIIS-60155 - <i>O papel dos interventores de 1.ª linha no acesso à política de combate à pobreza – Rendimento Social de Inserção – na crise</i> Maria de Fátima Morgado Barreto de Oliveira (PIUDSS- Universidade Católica de Lisboa e Faculdade de Psicologia e Ciências Sociais da Universidade de Coimbra)</p> <p>12MIIS-48129 - <i>Serviço Social... onde estavas no 25 de Abril?</i> Cristóvão Margarido (CICS.NOVA.IPLeiria e ESECS.IPLeiria) Maria Inês Pinto (ESECS.IPLeiria) Rui Duarte Santos (CICS.NOVA.IPLeiria e ESECS.IPLeiria) Emanuel Margarido (ESECS.IPLeiria)</p> <p>12MIIS-27017 - <i>Políticas sociais: transições e transformações após o 25 de Abril</i> Emanuel Margarido (ESECS.IPLeiria) Rui Duarte Santos (CICS.NOVA.IPLeiria e ESECS.IPLeiria) Cristóvão Margarido (CICS.NOVA.IPLeiria e ESECS.IPLeiria)</p> <p>12MIIS-14925 - <i>Vamos brincar lá fora</i> Ana Patrícia da Silva Cardoso (ESECS.IPLeiria)</p>
<p>9:00 - 10:30</p> <p>Comunicações Livres</p>	<p align="center">Sala B 1.36 e <i>online</i></p>	<p>SESSÃO B.2. Democracia e Transformação Cultural TEMA B: CULTURA, ARTES E ASSOCIATIVISMO</p> <p align="right">Moderador: Fernando Magalhães (ESECS.IPLeiria e CRIA-Iscte)</p> <p>12MIIS-67643 - <i>Transformações do cinema português no 25 de Abril: do novo cinema à documentação da Revolução</i> António Manuel Dias Costa Valente (CIAC, Universidade do Algarve)</p> <p>12MIIS-19120 - <i>Helena Vieira da Silva e o seu cartaz 'A Poesia está na Rua'</i> Maria Cordeiro (ESECS, Politécnico de Portalegre) Ana Cravo (ESECS, Politécnico de Portalegre)</p> <p>12MIIS-46540 - <i>Arquitetura moderna brasileira: entre a democracia e a ditadura</i> Gustavo Riquetto Hvenegaard (PUC Minas; ESECS.IPLeiria)</p> <p>12MIIS-49860 - <i>PerfilLocal – projeto editorial afirma 50 anos de Abril</i> Ricardo Jorge Melo Nunes (Escola Superior de Educação do IPS) Iara Silva (Escola Superior de Educação do IPS) Rui Morais (Escola Superior de Educação do IPS)</p>

<p>9:00 - 10:30</p> <p>Comunicações Livres</p>	<p>Sala B 1.37 e online</p>	<p>SESSÃO C.2. Mediação Intercultural e Práticas Pedagógicas TEMA C: EDUCAÇÃO, ENSINO E INCLUSÃO SOCIAL</p> <p style="text-align: right;">Moderadora: Marlene Sousa (ESECS.IPLeiria e CICS.NOVA.IPLeiria)</p> <p>12MIIS-42585 - <i>Práticas pedagógicas para a justiça social no ensino superior em Portugal</i> Patrícia Pereira (CICS.NOVA.IPLeiria e ESECS.IPLeiria) Rita Cachado (CIES, Iscte) Inês Pereira (NOVA FCSH)</p> <p>12MIIS-68005 - <i>Mediação intercultural e inclusão das pessoas ciganas: desafios e possibilidades</i> Inês Barbosa (Instituto de Sociologia da Universidade do Porto)</p> <p>12MIIS-25215 - <i>Entre a mediação idealizada e a mediação possível: o papel dos mediadores municipais interculturais no processo de integração de pessoas ciganas na cidade do Porto</i> Olga Maria dos Santos Magano (Universidade Aberta & CIES-Iscte)</p> <p>12MIIS-30419 - <i>Educação para a democracia na era da IA – reflexões sobre algumas práticas pedagógicas democráticas em sala de aula</i> Ana Paula da Silveira Simões Pedro (Universidade de Aveiro)</p>
<p>10:30 - 11:00</p>	<p>Pausa</p>	
<p>11:00 - 13:00</p>	<p>Mesa-Redonda</p>	<p><i>Os Professores e a Qualidade Educativa. O que dizem 50 anos de Docência – O Projeto Fyt-ID</i></p> <p>Amélia Lopes FPCEP - UP Luís Grosso Correia FLUP Leante Dotta Universidade Lusófona do Porto Rita Sousa FPCEP - UP</p> <p style="text-align: right;">Moderador: Ricardo Vieira (ESECS.IPLeiria e CICS.NOVA.IPLeiria)</p>
<p>13:00 - 14:30</p>	<p>Almoço</p>	
<p>14:30-16:00</p> <p>Comunicações Livres</p>	<p>Sala B 1.36 e online</p>	<p>SESSÃO A.3. Cidadania, Direitos Sociais e Políticas TEMA A: POLÍTICAS E DIREITOS SOCIAIS</p> <p style="text-align: right;">Moderador: Ricardo Pocinho (ESECS.IPLeiria e CICS.NOVA.IPLeiria)</p> <p>12MIIS-32327 - <i>Policy changes in the domain of rights of LGBTIQ people in Portugal: the relevance of political parties and civil society actors</i> Inês Santos Almeida (Universidade de Aveiro) Luís F. Mota (Universidade do Minho)</p> <p>12MIIS-66133 - <i>Os direitos das crianças no cinquentenário do 25 de Abril</i> Isabel Maria Loureiro Restier Grijó Poças (Advogada)</p> <p>12MIIS-32280 - <i>Evolução das políticas públicas de adoção em Portugal: impactos do 25 de Abril e desafios na comunicação familiar</i> Luiza Teixeira Dias (Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto)</p> <p>12MIIS-50407 - <i>Rutura do estado ditatorial, democratização da sociedade e conquista de direitos sociais à comunidade LGBTI+</i> Maria Helena Loureiro Cachopo (IPBEJA - Instituto Politécnico de Beja) Maria José de Souza Barbosa (IFPA - Instituto Federal do Pará)</p>

14:30-16:00 Comunicações Livres	Sala B 1.41 e online	<p>SESSÃO B.3. Associativismo e Comunidade TEMA B: CULTURA, ARTES E ASSOCIATIVISMO</p> <p style="text-align: right;">Moderador: Márcio Oliveira (ESECS.IPLeiria e NECE-UBI)</p> <p>12MIIS-30078 - Associativismo e desenvolvimento comunitário antes e depois do 25 de Abril Ana Maria De Sousa Neves Vieira (CICS.NOVA.IPLeiria e ESECS.IPLeiria) Ricardo Manuel da Neves Vieira (CICS.NOVA.IPLeiria e ESECS.IPLeiria)</p> <p>12MIIS-62925 - A emergência das Casas do Povo em Portugal e o seu papel no desenvolvimento comunitário Tânia Cristina Simões de Matos dos Santos (CICS.NOVA.IPLeiria e ESECS.IPLeiria) Ricardo Manuel das Neves Vieira (CICS.NOVA.IPLeiria e ESECS.IPLeiria)</p> <p>12MIIS-77350 - As pessoas são património – estratégias participativas na Carta Arqueológica da Lourinhã José Bruno da Costa Cruz (CIEBA - Centro de Investigação e de Estudos em Belas-Artes da Universidade de Lisboa)</p> <p>12MIIS-81534 - “Em Lisboa e no Brasil, sempre em defesa dos valores de Abril”: o Coletivo Andorinha e a mobilização transnacional anti-fascista através das ideias do 25 de Abril Maria Runkel Cardoso (CRIA - NOVA/FCSH)</p> <p>12MIIS-57815 - O movimento associativo em Porto de Mós: transições e transformações entre a ditadura, a democracia e o presente Kevin Carreira Soares (Câmara Municipal de Porto de Mós)</p>
	Sala B 0.34 e online	<p>SESSÃO C.3. Educação, Instituições e Direitos TEMA C: EDUCAÇÃO, ENSINO E INCLUSÃO SOCIAL</p> <p style="text-align: right;">Moderador: Tânia Silva (ESECS.IPLeiria)</p> <p>12MIIS-52751 - As instituições de ensino superior e a Constituição da República Portuguesa de 1976 Mário Simões Barata (Instituto Politécnico de Leiria)</p> <p>12MIIS-74001 - Migrações, políticas de integração e os desafios presentes na educação de alunos migrantes recém-chegados Maria de Fatima Ginicolo (Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto)</p> <p>12MIIS-77076 - Segurança escolar: sustentar a liberdade Milena Isabel da Luz Pereira (DGEstE/DSSE) Liliana Martins (DGEstE/DSSE) Isabel Dâmaso Santos (DGEstE/DSSE)</p>
16:00 - 16:30	Pausa	
16:30 - 17:00	Apresentação de livro	<p>“Redes e Parcerias em Territórios e Municípios: Mediação Intercultural e Intervenção Social”</p> <p style="text-align: right;">Paulo Santos (CIMRL – Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria)</p>
17:00 - 17:15	Sessão de Encerramento	<p>Pedro Silva Presidente da Comissão Científica Ana Maria Vieira Presidente da Comissão Organizadora</p>
17:15 - 18:00	Porto de Honra	

RESUMOS

A.
POLÍTICAS E DIREITOS SOCIAIS

A.1.
Política, Território e Direito à Habitação

12MIIS-29273

'Não cruzámos os braços!': mulheres, resistência quotidiana e subjetividade política na luta pelo direito à habitação em Lisboa

Patrícia Pereira (CICS.NOVA.IPLeiria e ESECS.IPLeiria)

Quase meio século após o 25 de Abril, o direito à habitação permanece uma promessa por cumprir para muitos portugueses. Esta apresentação examina a luta de um grupo de mulheres trabalhadoras contra o despejo e o desalojamento no bairro da Mouraria, em Lisboa, entre 2016 e 2023, ilustrando como os ideais democráticos continuam a ser negociados no quotidiano urbano.

Num contexto de intensa pressão imobiliária e turística no centro histórico de Lisboa, estas mulheres lideraram uma resistência prolongada e multifacetada para permanecer nas suas casas e no seu bairro. Através de uma abordagem etnográfica, incluindo observação participante, entrevistas em profundidade e análise de redes sociais, o estudo revela como as estratégias de resistência se entrelaçaram com a vida quotidiana das participantes, transformando as suas rotinas, relações sociais e subjetividades políticas.

O enquadramento teórico baseia-se na literatura sobre gentrificação e turistificação, resistência e formação de subjetividades políticas em contextos urbanos.

A investigação demonstra como a luta pelo direito à habitação se tornou um catalisador para o envolvimento político mais amplo destas mulheres, anteriormente não ativistas. Os resultados destacam a natureza genderizada da resistência, os impactos na saúde e bem-estar das participantes, e as transformações nas suas perspetivas e ações políticas. Esta luta resultou não só em vitórias concretas – como o acesso a habitação municipal para algumas famílias –, mas também na formação de novas identidades ativistas e no envolvimento continuado em movimentos pelo direito à habitação.

Ao examinar esta luta contemporânea, a apresentação reflete sobre os desafios persistentes na realização dos ideais democráticos do 25 de Abril, particularmente no que diz respeito ao direito à habitação e à cidade.

Palavras-chave

Habitação; Resistência; Gentrificação; Subjetividade Política

12MIIS-68176

Imigração e habitação: o acesso dos imigrantes às políticas de habitação na cidade de Lisboa – um recorte dos anos pós-25 de Abril de 1974 até a atualidade

Camila Costa Bruno (ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa)

Rosane Araujo (ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa)

Marcelo Roschel (ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa)

Em 2024, celebram-se os 50 anos do 25 de Abril, um marco decisivo para a transição democrática em Portugal. A Revolução dos Cravos não apenas encerrou décadas de ditadura, mas também impulsionou mudanças profundas no tecido social e político, especialmente no que toca à habitação. No período pós-revolucionário, a questão habitacional tornou-se central, com as cidades de Lisboa e Porto enfrentando um enorme déficit habitacional, agravado pelo retorno de portugueses das ex-colônias e pela chegada de imigrantes, particularmente dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP).

Nesse contexto, surgiram iniciativas como o Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL), que pretendiam responder à crise habitacional, incentivando a participação da população nas decisões sobre a moradia. No entanto, apesar dos esforços, a questão do acesso à habitação permaneceu complexa, especialmente para os imigrantes, que enfrentavam condições de vulnerabilidade econômica e discriminação. Com a falta de políticas habitacionais que atendessem de forma eficaz esses grupos, muitos imigrantes acabaram por recorrer ao mercado informal de habitação, vivendo em condições precárias.

A Constituição de 1976 garantiu o direito à habitação, mas as políticas subsequentes, como o Programa Especial de Realojamento (PER) nos anos 1990, embora tivessem um impacto significativo no realojamento de populações em bairros de barracas, não foram suficientes para resolver os problemas habitacionais dos imigrantes. Barreiras como o alto custo das rendas, o difícil acesso ao crédito e a precariedade no mercado de trabalho formal dificultaram a integração desses grupos no mercado habitacional formal.

Este resumo reflete sobre a evolução das políticas habitacionais desde o 25 de Abril e seus impactos na população imigrante, analisando os desafios persistentes e as possíveis soluções para garantir o direito à habitação para todos.

Palavras-chave

Políticas; Habitação; Imigração

12MIIS-51000

50 anos do 25 de Abril – resistência e luta por justiça espacial no 2.º Torrão

Camila Costa Bruno (ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa)

O 25 de Abril de 1974 simbolizou um período de intensa renovação para Portugal. O país entrou em uma era de liberdade e igualdade, mas os efeitos da revolução não foram uniformemente distribuídos, particularmente no que diz respeito ao direito à habitação – um dos lemas mais defendidos durante os protestos pró-democracia. As comunidades periféricas ainda enfrentam desigualdades, como o acesso à habitação digna. As moradias informais, como as do bairro do 2.º Torrão, localizado na Freguesia da Trafaria, em Almada, refletem uma luta contínua pela justiça social e pelo direito à cidade. Trata-se de uma comunidade marcada pela exclusão social, pela precariedade, o racismo e a xenofobia.

A investigação em curso, no âmbito do doutoramento em Estudos Urbanos (ISCTE-NOVA FCSH), irá adotar as metodologias da etnografia e da pesquisa-ação participativa, inspiradas nas ideias de Paulo Freire sobre educação emancipadora. Com o intuito de promover o empoderamento da comunidade, cocriando soluções que reforcem a identidade cultural e a luta por justiça social. Pretende-se explorar como os jovens do 2.º Torrão resistem às ameaças de despejo e à marginalização através de práticas culturais, como música, dança e arte urbana. Visando compreender o papel da arte na construção da identidade dos jovens e como essa expressão se articula com sua luta contra o apagamento do território e a violação do direito à moradia.

Além de documentar essas práticas, essa investigação envolve a cocriação de soluções com a comunidade, promovendo a inclusão social. Ao relacionar as promessas do 25 de Abril com as realidades contemporâneas dessas comunidades periféricas, busca-se revelar as transformações inacabadas no acesso à moradia e à justiça espacial, enfatizando a necessidade da promoção da ciência como uma ferramenta cidadã na resolução das problemáticas locais.

Palavras-chave

Habitação; Resistência; Periferia; Arte

12MIIS-31238

A dimensão social do poder local nos 50 anos de Abril

Manuel Menezes (ISMT, ICNOVA)

A Constituição da República de 1976 consignou como atribuição das autarquias a prossecução dos interesses próprios das populações respetivas. Logo, consagrou como atribuição municipal genérica a intervenção em matéria de políticas sociais. Deste modo, na presente comunicação, estando cientes de que as atribuições dos municípios e das freguesias na esfera social no mesmo processo em que delimitam o seu campo de intervenção influenciam a criação de serviços sociais e a expansão do campo e das práticas do Serviço Social no Poder Local, iremos procurar refletir sobre o modo como as possibilidades – legais – de intervenção municipal na esfera social contribuíram para a satisfação das necessidades sociais experienciadas pelos munícipes e fregueses, a melhoria do seu bem estar, e para o desenvolvimento sustentado da comunidade como um todo. Metodologicamente, optou-se por uma abordagem de cariz qualitativo, recorrendo, por um lado, (i) a uma revisão sistemática e consistente da literatura especializada disponível em bases de dados científicas, e (ii) à análise da legislação que tem vindo ser produzida no âmbito da descentralização administrativa da administração central para a administração local autárquica. Por outro, ao método etnográfico, por via do contacto que, em permanência, temos vindo a manter ao longo de anos com assistentes sociais a desempenhar funções em autarquias. Os resultados mostram, por um lado, como, no decurso de cinco décadas, o Poder Local, em geral, e o Serviço Social, em específico, contribuíram para uma profunda transmutação dos territórios, melhores condições de vida e a promoção do bem-estar das populações aí residentes. Por outro, evidenciam a emergência e expansão do espaço profissional no âmbito autárquico. O Serviço Social tem ocupado um lugar cada vez mais importante nas autarquias, desempenhando um papel fundamental e indispensável na concepção e implementação de políticas sociais promotoras da qualidade de vida, do bem-estar e da cidadania das populações.

Palavras-chave

Poder Local; Descentralização; Serviço Social

12MIIS-68350

Redução em quase 90% das chegadas irregulares de migrantes à UE através do Mar Mediterrâneo: como aconteceu?

Joana Alvadia (CICS.NOVA)

A União Europeia (UE) registou uma queda de quase 90% nas chegadas irregulares de requerentes de asilo pelas rotas do Mar Mediterrâneo entre 2015 e 2021 (ACNUR, 2023). No entanto, questiona-se se a política de imigração da UE, centrada na redução da imigração irregular (Parlamento Europeu, 2023), é bem-sucedida. Para avaliar isso, é importante analisar os instrumentos de controlo migratório na dimensão externa da política de imigração da UE, focada na cooperação com países de origem desses migrantes para prevenir fluxos não autorizados. Esta comunicação adota uma metodologia de análise dos instrumentos de controle migratório patrocinados pela UE, com destaque para a Abordagem Global para a Migração e a Mobilidade e o Programa de Parcerias de Mobilidade na Líbia, país que constitui o ponto de partida na rota do Mediterrâneo Central. Constata-se que esses instrumentos, destinados ao desenvolvimento e à ajuda humanitária, não atingem os objetivos dos acordos de cooperação e que os mecanismos postos em prática negam o direito humano a requerer asilo (Moreno-Lax et al., 2021). Verifica-se também que a narrativa de segurança e de necessidade de proteção contra os imigrantes irregulares, que influencia a política migratória, é resultado do processo de ‘securitização’ da migração (Stepka, 2022). A redução significativa nas chegadas irregulares é atribuída a, entre outras razões históricas e demográficas, medidas como a exportação de instrumentos de controle migratório, aumento da militarização e vigilância das fronteiras em países terceiros, criminalização das operações marítimas de busca e salvamento por ONG e a interceção de embarcações, forçando o retorno à Líbia, onde os migrantes enfrentam tortura (Morrisey, 2020). Diante disso, conclui-se que, apesar da redução registada nas chegadas irregulares entre 2015 e 2021, o crescimento observado desde então e os métodos empregados para controlar esses fluxos não permitem considerar a política de imigração da UE como totalmente bem-sucedida.

Palavras-chave

Chegadas Irregulares; Mediterrâneo; União Europeia

A.2. **Práticas de Intervenção Social**

12MIIS-26355

O 25 de Abril e as mulheres nas organizações de economia social e solidária

Tânia Cristina Simões de Matos dos Santos (CICS.NOVA.IPLeiria e ESECS.IPLeiria)

Ricardo Manuel das Neves Vieira (CICS.NOVA.IPLeiria e ESECS.IPLeiria)

No Estado Novo a voz das mulheres regia-se por fronteiras bem definidas. A coberto do preceito constitucional, os direitos civis, políticos e económicos das mulheres tinham legalmente um tratamento diferenciado e desvantajoso relativamente aos homens, “chefes de família”, aos quais deviam subserviência. Durante a ditadura, as mulheres viam-se limitadas na sua ação e poder de decisão, vivendo situações pessoais, familiares, sociais e económicas de indubitável desvantagem.

Até à Revolução de 25 de Abril de 1974, a lei interditava às mulheres o acesso à política (não podiam sequer votar), era-lhes vedado o acesso a carreiras diplomáticas e da magistratura, bem como a uma carreira de enfermagem em simultâneo com o casamento. A integração em cargos superiores da Administração Pública e em carreiras policiais e das Forças Armadas era também proibida.

Com a Revolução, foi na área do trabalho que se verificaram maiores alterações na legislação. Ficaram definidas na Constituição da República mudanças que visavam a garantia da igualdade género no que se refere a acesso ao trabalho, na remuneração, na progressão na carreira e na segurança social, o que teve enorme impacto da vida das mulheres e na sociedade.

Com foco nas organizações de economia social e solidária, a apresentação do estudo proposto visa compreender a realidade das mulheres portuguesas nestas organizações, de forma comparativa, antes e depois do 25 de Abril. Mais especificamente, com base em literatura relevante, pretende-se conhecer a distribuição da população trabalhadora feminina na estrutura organizacional das instituições de economia social e solidária em Portugal, em particular no que toca ao acesso destas a cargos de liderança, antes e após a Revolução de 25 de Abril.

Palavras-chave

Revolução de 25 de Abril de 1974; Mulheres; Economia Social e Solidária; Liderança

12MIIS-60155

O papel dos interventores de 1.ª linha no acesso à política de combate à pobreza – Rendimento Social de Inserção – na crise

Maria de Fátima Morgado Barreto de Oliveira (PIUDSS- Universidade Católica de Lisboa e Faculdade de Psicologia e Ciências Sociais da Universidade de Coimbra)

A prestação social do regime não contributivo da Segurança Social de Rendimento Mínimo Garantido, que surgiu em 1996 e, a partir de 2003, designa-se de Rendimento Social de Inserção, marcou um novo figurino de políticas públicas sociais de promoção do “direito fundamental dos indivíduos a recursos e prestações suficientes para viverem em conformidade com a dignidade humana”, pela erradicação da pobreza, evitando riscos de discricionariedade.

Esta prestação estabelece um limiar mínimo de sobrevivência, temporária, até à autonomia económica do agregado familiar, assente em ações, tramitadas para um programa de inserção, ao qual se conjugam apoios adicionais, de carácter excecional, avaliados meticolosamente pelos serviços de 1.ª linha.

Esta prestação teve a sua maior demanda durante a Pandemia por Sars-CoV, decorrente do aumento abrupto do desemprego, que exigiu um ajuste regular e diversificado das medidas de acesso (pretensiosamente facilitadoras e céleres na atribuição), para salvaguarda das necessidades básicas, que exigiram dos interventores de 1.ª linha um reinventar das suas formas de intervenção e acentuada resiliência.

A crise geopolítica da Guerra da Ucrânia manteve este cenário. Houve o reajuste de políticas sociais para responder às solicitações de deslocados, e os interventores sem os devidos instrumentos que os capacitassem para responder a esta “nova” crise, que impôs o escrutínio de aspetos concretos de acompanhamento social, numa ação concertada e exigente, executaram o papel de agentes reguladores, mas também “controladores da mobilidade”. Esta sobrecarga laboral foi promotora de *stress* e até Síndrome de Burnout.

Esta medida de proteção social, que respondeu a um contexto político e social determinado, enquadrado legalmente nas diversas instâncias, acabou por revelar as suas fragilidades (possivelmente fruto da urgência e da ação no terreno) e falhas nos seus objetivos de promoção de autonomia dos beneficiários, havendo assimetrias significativas na atribuição dos apoios, alguns longe do nível de vida do país.

Palavras-chave

RSI; Crise; *Stress*; Síndrome de Burnout

12MIIS-48129

Serviço Social... onde estavas no 25 de Abril?

Cristóvão Margarido (CICS.NOVA.IPLeiria e ESECS.IPLeiria)

Maria Inês Pinto (ESECS.IPLeiria)

Rui Duarte Santos (CICS.NOVA.IPLeiria e ESECS.IPLeiria)

Emanuel Margarido (ESECS.IPLeiria)

O 25 de Abril de 1974 transformou uma ditadura de um país conservador, oprimido e fechado sobre si próprio, numa democracia, defensora de direitos, liberdades e garantias. Esta conjuntura sociopolítica, aliada ao desenvolvimento geral das Ciências Sociais, impulsionou um Serviço Social mais crítico e comprometido com os direitos humanos, contrariando a instrumentalização política e ideológica anteriores.

A institucionalização da formação e da profissão em Portugal ocorreu em pleno Estado Novo, muito marcada pelo conservadorismo e corporativismo, procurando formar e integrar, nos organismos públicos, agentes de controlo social. Contudo, a partir dos anos 60 assiste-se a um movimento social e profissional de contestação e oposição à ditadura, que culminou, em 74, num tempo de rutura e crítica do Serviço Social, o denominado Movimento de Reconceptualização, originário da América Latina. Repensava-se assim a formação e a integração profissionais, numa perspetiva de construção de agentes de mudança social, marcando um período importante de desenvolvimento e afirmação.

Com este trabalho pretende-se realizar uma análise ao Serviço Social enquanto profissão antes e após o 25 de Abril de 1974.

Palavras-chave

Serviço Social; Profissão; Revolução

12MIIS-27017

Políticas sociais: transições e transformações após o 25 de Abril

Emanuel Margarido (ESECS.IPLeiria)

Rui Duarte Santos (ESECS.IPLeiria e CICS.NOVA.IPLeiria)

Cristóvão Margarido (ESECS.IPLeiria e CICS.NOVA.IPLeiria)

Antes do 25 de Abril de 1974, as políticas sociais em Portugal eram marcadas por uma abordagem autoritária e restritiva, refletindo o regime do Estado Novo. A pobreza era um fenómeno significativo, que afetava uma grande parte da população, especialmente nas zonas rurais e entre as classes trabalhadoras urbanas. Na educação havia uma taxa de analfabetismo significativa e na saúde a assistência era rudimentar e desigual. A Revolução dos Cravos trouxe mudanças significativas, iniciando uma era de reformas que buscariam melhorar a situação social e garantir direitos básicos a todos os cidadãos.

Este estudo visa analisar as principais transições e transformações das políticas sociais após o 25 de Abril de 1974.

As transformações das políticas sociais em Portugal após o 25 de Abril de 1974 foram profundas e abrangentes, refletindo a transição do regime do Estado Novo para uma democracia. Algumas das principais mudanças incluem: universalização dos direitos sociais; desenvolvimento do sistema de saúde; expansão significativa da educação pública; políticas de habitação: apoio à família e à infância; proteção aos grupos vulneráveis; emprego e formação profissional; participação cívica e social. Essas transformações não ocorreram sem desafios e críticas.

Palavras-chave

Políticas Sociais; Direitos Sociais; Revolução

12MIIS-14925

Vamos brincar lá fora

Ana Patrícia da Silva Cardoso (ESECS.IPLeiria)

O projeto “Vamos brincar lá fora” surge no âmbito do estágio da licenciatura em Educação Social e foi desenvolvido e implementado sob a forma de intervenção socioeducativa, tendo sido acolhido numa instituição de ensino pré-escolar.

Considerando as características físicas do espaço envolvente, compostas por áreas exteriores atraentes, as dinâmicas desenvolveram-se no sentido de reabilitar e dinamizar os espaços lúdicos, atribuindo primazia à importância do envolvimento de todos, pelo bem comum.

Num universo culturalmente rico e diverso, as atividades de construção das áreas lúdicas surgem como forma de mediação intercultural, promovendo o desenvolvimento e a construção de relações positivas, cruzadas pela interculturalidade, multiculturalidade e inclusão, bem como pela liberdade de expressão, recorrendo ao uso de uma pedagogia de proximidade.

A elaboração das novas áreas de brincadeiras foi realizada não só com o apoio e colaboração das crianças, mas também pela união de esforços dos encarregados de educação, famílias, empresas locais e comunidade em geral. Deste novo espaço nasceu, entre outros, uma caixa de areia, uma cozinha de lama, uma parede musical e uma parede com percursos de água.

A dinamização do pátio, focada na criação de espaços de brincadeira inclusivos, reflete valores que surgiram com o 25 de Abril em Portugal. A liberdade de expressão e a igualdade ficaram marcadas, de forma implícita, no envolvimento das crianças neste projeto, uma vez que este lhes proporcionou a possibilidade de se expressarem livremente, independentemente da sua cultura e das suas capacidades físicas e intelectuais. A participação quer das famílias quer da comunidade cruza, desta forma, o espírito democrático.

Palavras-chave

Inclusão; Liberdade; Interculturalidade; Participação Comunitária

A.3.

Cidadania, Direitos Sociais e Políticas

12MIIS-32327

Policy changes in the domain of rights of LGBTIQ people in Portugal: the relevance of political parties and civil society actors

Inês Santos Almeida (Universidade de Aveiro)

Luís F. Mota (Universidade do Minho)

Portugal is a puzzling case study regarding the rights of LGBTIQ people as its legal “permissiveness wave” is not in line with significant levels of societal conservatism. This paper analyses the political debates on civil unions/marriage and (co-)adoption by homoaffective couples held between 1999 and 2016, namely the participation of political parties and civil society actors.

After analysing bills, parliamentary debates and parliamentary hearings about these issues, we concluded that liberal left-wing parties were particularly active in the agenda-setting and formulation of these issues, but pro-change and pro-stability civil society actors were also dynamic by participating in hearings and submitting petitions.

Keywords

Morality Policies; Portugal; LGBTIQ People; Political Parties and Civil Society Actors

12MIIS-66133

Os direitos das crianças no cinquentenário do 25 de Abril

Isabel Maria Loureiro Restier Grijó Poças (Advogada)

A Revolução do 25 de Abril de 1974 trouxe transformações ao nível da Lei Fundamental que se refletiram nos Direitos das Crianças de forma decisiva, sobretudo com a consagração, nos Artigos 69.º e 70.º, da sua proteção por parte da sociedade e do Estado, com vista ao seu desenvolvimento integral, especialmente contra todas as formas de abandono, de discriminação e de opressão e contra o exercício abusivo da autoridade na família e nas demais instituições. Igualmente os jovens passaram a gozar de proteção especial para efetivação dos seus direitos económicos, sociais e culturais.

Seguiram-se vários diplomas legislativos que plasmaram mais direitos e que serão abordados na comunicação, envolvendo alterações ao Código Civil, ao Código Penal, ao Código do Trabalho, assim como legislação avulsa em várias áreas do Direito.

Com o 25 de Abril, tornou-se possível a adesão de Portugal a várias Convenções Internacionais de proteção dos direitos humanos das crianças, como, por exemplo, a Convenção das Nações Unidas Sobre os Direitos das Crianças, a Convenção do Conselho da Europa para a Proteção das Crianças contra a Exploração Sexual e os Abusos Sexuais ou a Convenção Europeia sobre o Exercício dos Direitos das Crianças, assim como à Comunidade Económica Europeia, atual União Europeia.

Todas estas transformações traduziram-se numa melhoria significativa de indicadores como o analfabetismo, a mortalidade infantil, o trabalho infantil, a quase eliminação da fome, a diminuição dos índices de pobreza, o aumento da escolaridade obrigatória, o aumento de jovens com formação superior, entre outras.

No ano do cinquentenário da Revolução de 25 de Abril, é necessária uma reflexão sobre o caminho feito e aquele que ainda há para fazer na consagração e proteção dos direitos das crianças.

Palavras-chave

Direitos; Crianças; Cinquentenário; 25 de Abril

12MIIS-32280

Evolução das políticas públicas de adoção em Portugal: impactos do 25 de Abril e desafios na comunicação familiar

Luiza Teixeira Dias (Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto)

O presente trabalho aborda a evolução das políticas públicas que subsidiam intervenções profissionais na adoção de crianças e jovens após o 25 de Abril de 1974. Especialmente, focando na comunicação entre os membros familiares acerca dos processos adotivos. Embora a Revolução tenha sido um ponto de inflexão na sociedade portuguesa, nos estudos sobre adoção ela raramente é tomada como ponto de partida para analisar as transformações nas políticas públicas.

Portugal instituiu legalmente a adoção somente em 1967; além disso, não há bibliografia relevante durante o Estado Novo. É um tema que se destacou após a implementação da democracia, contribuindo para a construção de políticas públicas em consonância com os direitos da criança.

Assim, o objetivo dessa comunicação é avaliar como a abertura democrática impactou a implementação de intervenções na adoção, com enfoque na comunicação sobre os processos adotivos. Para isso, será feita uma revisão bibliográfica sobre a evolução da adoção em Portugal e uma análise das transformações sofridas nos Decretos-Lei 185/93 e 274/80, que prescrevem o regime jurídico da adoção.

Apesar da progressão na legislação e do aumento na intervenção junto as famílias, ainda há escassez de informações empíricas sobre o período da pós-adoção em Portugal, bem como falta de serviços especializados no acompanhamento dessas famílias. Dentre os desafios enfrentados, um dos principais é a comunicação sobre os processos inerentes à adoção, como acerca do passado da criança e da família biológica.

Embora o corpo de estudos na área da comunicação seja amplo, estes encontram-se desalinhados com as práticas de intervenção no período pós-adoção. Portanto, em linha com o projeto “AdoPt - Follow-up em Pós-Adoção”, os resultados deste estudo têm o potencial de colmatar lacunas na investigação no campo da adoção em Portugal, promovendo suporte empírico para o desenvolvimento de políticas públicas que atendam às necessidades das famílias adotivas.

Palavras-chave

Adoção; Comunicação; Políticas Públicas; Revolução

12MIIS-50407

Rutura do estado ditatorial, democratização da sociedade e conquista de direitos sociais à comunidade LGBTI+

Maria Helena Loureiro Cachopo (IPBEJA - Instituto Politécnico de Beja)

Maria José de Souza Barbosa (IFPA - Instituto Federal do Pará)

Esse artigo versa sobre a temática LGBTI+ e os movimentos organizados que culminaram para novas possibilidades de pensar as identidades múltiplas dos sujeitos sociais a partir do governo ditatorial que Portugal experienciou no período em que a autocracia burguesa, iniciada em 1926 e encerrada em 1974, levou a sociedade a um período de amordaçamento e de ataques à classe trabalhadora, aos críticos do autoritarismo, às minorias étnicas e socioculturais e demais grupos que se opunham ao pensamento vigente. Qualquer ideologia contrária ameaça os ditames desse estado ditatorial. Nesse sentido, há um apelo para a emergência dos movimentos de conscientização da população homossexual, que levou à gênese das reivindicações importantes no combate à homofobia, com movimentos organizados tentando driblar o preconceito, nada velado, da sociedade, imbuída dos conceitos hegemônicos cristãos e que apontam para novas possibilidades de pensar e permitir estudos e discussões sobre a diversidade, a sexualidade e/ou afetividade buscando mecanismos de luta e organização no combate ao preconceito e discriminação social.

Palavras-chave

Estado; Democratização; Direitos LGBTI+

B.
CULTURA, ARTES E ASSOCIATIVISMO

B.1.
Música, *Performance* e Resistência

12MIIS-10659

'Dos ritmos imitados doutra dança': o fado que samba no projeto 'RioLisboa'

Kamila Borges Aragão Pessoa (ISCS - University of Lisbon, School of Social and Political Sciences)

Para além de intrínseca à arte da comunicação, a música mostra-se como um eficiente instrumento de reivindicação político-social-cultural. Durante os períodos de ditadura militar, onde a censura, em formato de Atos Institucionais, inibia qualquer condição de liberdade no Brasil, vimos os artistas do Tropicalismo e da Bossa Nova usarem da criatividade para construir canções através de metáforas e simbologias, que visavam fazer frente à opressão política do Regime Militar (1964-1985). Do outro lado do Trópico, os artistas portugueses usavam subversivamente o Fado e Canção de Intervenção para contestar a arbitrariedade do regime e a prossecução colonialista do Estado Novo (1933-1974). Neste trabalho, utiliza-se o projeto fusional 'RioLisboa', constituído dentro de um cenário político-democrático, para ilustrar a importância de se trabalhar e mesclar o conceito de memória coletiva com o de paz positiva, na construção de estruturas mais justas e equitativas. A partir da musicalidade, o projeto trabalha a ideia de 'ativismo social', que robustece a importância da reflexão para a manutenção e construção de novas realidades. Assim, quando 'RioLisboa' dialoga e decompõe os versos velados e revolucionários de Caetano Veloso, Chico Buarque, Zeca Afonso e Sérgio Godinho, para fundir e compor novas letras, harmonias e melodias, convida o espectador a refletir sobre a violência direta, estrutural e cultural de outrora, valendo-se da arte como ferramenta de sensibilização de causas sociais e promoção de direitos, como o da liberdade. Este trabalho defende a urgência de projetos como o 'RioLisboa' no cenário político atual, onde discursos ufanistas e nacionalistas tomam formas e holofotes que flertam com o cerceamento de liberdades conquistadas no Brasil e em Portugal, enquanto a música toma os contornos de economia de escala, com mensagens cada vez menos reflexivas, emancipatórias e convidativas ao debate e à transformação social.

Palavras-chave

Artivismo Cultural; Liberdade; Paz Positiva

12MIIS-40378

Ópera como ato político: Portugal, entre a ditadura e a democracia

Paula Gomes-Ribeiro (Universidade Nova de Lisboa; CESEM - Centro de Estudos de Sociologia e Estética Musical)

A primeira tentativa de representação da ópera 'Canto da Ocidental Praia', op. 39 de António Victorino de Almeida, no Teatro Nacional de S. Carlos, sob a direção artística de João de Freitas Branco, foi impedida pela PIDE, que apreendeu, segundo o compositor, os programas previamente impressos levando a que a equipa suspendesse a estreia, prevendo-se que o espetáculo estaria, naturalmente, ele mesmo condenado a uma interdição.

A estreia mundial da ópera sucede, assim, após o 25 de Abril, já sob o período de direção artística de João Paes (1974-1981), que fora proposto por João de Freitas Branco para o substituir nesse cargo em agosto de 1974, quando este é nomeado diretor-geral dos Assuntos Culturais (cf. Carvalho, 1992, p. 259). Estreia-se em pleno PREC, a 10 de junho de 1975, por ocasião das celebrações do Dia de Camões, cujo feriado viria a coincidir com o segundo "dia de trabalho para a nação", tendo o primeiro sido registado a 6 de outubro de 1974, por proposta de Vasco Gonçalves e Costa Martins.

Esta comunicação, que visa abordar a breve passagem pela cena portuguesa da ópera 'O Canto da Ocidental Praia', assenta numa linha de investigação que tem como objetivo a compreensão mais profunda e sistemática de aspetos operativos, ideológicos e políticos que enraízam a produção da ópera em questão, e do modo como a representação da figura de Camões (e da História de Portugal) se manifesta como um dos grandes eixos da polémica que a envolve.

Ao abordar a produção e receção da ópera 'Canto da Ocidental Praia', esta comunicação analisa o modo como o fenómeno reflete e se intercala com as tensões culturais e políticas de um país em enérgica transformação.

Palavras-chave

PREC; Ópera; Política; Ideologia; Cultura

12MIIS-33350

Vozes da mudança: a intervenção cultural na construção da democracia portuguesa e o exemplo da 'Culturona'

Isabel Duarte de Almeida (ISCTE-IUL)

O aparecimento de projetos culturais interventivos em Portugal nos anos 80 pode ser compreendido através de várias razões e contextos sociais que moldaram a época. Após a Revolução dos Cravos, a liberdade de expressão tornou-se um valor fundamental incentivando artistas e intelectuais a explorar temas sociais e políticos sem receio da censura do Estado Novo. Adicionalmente, a transição para a democracia evidenciou realidades (desigualdade social, pobreza, direitos humanos) que, pela arte, foram eficazmente abordadas e criticadas.

A 'Culturona' foi um projeto cultural emblemático em Lisboa que, integrando elementos de moda, música, dança, teatro e artes visuais, tornou a arte acessível a um público mais amplo. Refletindo a vitalidade cultural dos anos 80, promoveu uma experiência inclusiva e dinâmica, pois, ao reunir diversas expressões artísticas e sociais, conseguiu criar uma plataforma onde surgiram novos movimentos criativos e ideias inovadoras.

A 'Culturona' foi um projeto interventivo, dinâmico, com um papel significativo na formação da identidade cultural de Lisboa, sendo exemplo do crescente envolvimento do sector cultural em iniciativas de intervenção social e democratização da cultura em Portugal. Através de oficinas e aulas de arte em bairros desfavorecidos proporcionou o acesso à educação cultural para aqueles que, de outra forma, não teriam essa oportunidade e, acolhendo projetos de arte comunitária, incentivou residentes locais a participar na criação de murais e instalações públicas. Na época, promoveu a coesão social e o *empowerment* através da expressão artística. Estudar esses projetos culturais é fundamental para compreender a evolução da sociedade portuguesa e o papel da arte na mudança social. Eles revelam como a cultura pode impulsionar a transformação e a participação cidadã. Além disso, o estudo ajuda a preservar a memória histórica de um período de mudanças intensas, permitindo que novas gerações aprendam com o passado e continuem a promover uma sociedade mais justa e inclusiva.

Palavras-chave

Projetos Culturais; Intervenção; Liberdade/Expressão; Transformação Social

B.2. Democracia e Transformação Cultural

12MIIS-67643

Transformações do cinema português no 25 de Abril: do novo cinema à documentação da Revolução

António Manuel Dias Costa Valente (CIAC, Universidade do Algarve)

O 25 de Abril de 1974 marcou um momento de transição e transformação no cinema português, refletindo as mudanças sociais e políticas do país. Antes da Revolução, o Novo Cinema Português, iniciado na década de 1960, já questionava o regime com uma abordagem crítica, autoral e inovadora. No entanto, muitos dos filmes da segunda vaga deste movimento só estrearam após a Revolução, devido à censura do Estado Novo, mas também aos tempos conturbados e transformadores que se viveram logo a seguir a Abril.

Com a revolução nas ruas, cineastas como António da Cunha Telles, Fernando Lopes e João César Monteiro saltaram para filmar os eventos em tempo real. Estes realizadores documentaram o fervor revolucionário, captando imagens da liberdade emergente e dos acontecimentos que transformavam o país. O cinema assumiu um papel de testemunho histórico, oferecendo uma visão direta das mudanças sociais e políticas.

No período pós-revolucionário, emergiu uma nova vaga de cinema documental, que se focava nas transformações políticas e na construção de uma nova identidade nacional. Filmes como “Torre Bela” (1975), de Thomas Harlan, e “As Armas e o Povo” (1975), um documentário coletivo, retrataram o espírito revolucionário e as lutas populares.

O cinema português no pós-25 de Abril tornou-se mais livre, diversificado e politizado, explorando novas temáticas e estilos, ao mesmo tempo que tentava ajustar-se às mudanças estruturais do país.

Palavras-chave

Revolução; Cinema Português; Cinema Documental

12MIIS-19120

Helena Vieira da Silva e o seu cartaz 'A Poesia está na Rua'

Maria Cordeiro (ESECS, Politécnico de Portalegre)

Ana Cravo (ESECS, Politécnico de Portalegre)

Desenvolveremos reflexões sobre o cartaz 'A Poesia está na Rua' da pintora Vieira da Silva, de 1974, e sobre a sintonia estabelecida com a frase da poeta Sophia de Mello Breyner Andresen, na comemoração da revolução de Abril, que combinaram para nos legar uma imagética da Revolução de 1974. Começamos por introduzir a importância da pintora Helena Vieira da Silva no panorama da pintura modernista europeia. De seguida, estabeleceremos relações sobre a forma visual e simbólica do cartaz, analisando, em especial, aspetos da perspetiva e da relevância da luz, da cor, da mancha, da linha e do *lettering*, entre outros elementos da composição visual, na concreção do referido cartaz. Considerando como o cariz poético visual em 'A Poesia está na Rua' reitera aspetos da pintura de Vieira da Silva, tais como os de tipologia de paisagens urbanas e o arquétipo de labirinto, estabeleceremos uma perspetiva sobre como a sua obra não é passível de enquadrar literalmente em termos de pintura abstrata. Deste modo, argumentaremos como a origem e o arquétipo de labirinto são sintomáticos para o desenvolvimento de uma perspetiva de cidade e, em particular, para compor um ritmo plástico que configura com gestos humanos, e como este cartaz se concretiza numa dinâmica entre o carácter da sua pintura, não obstante podermos ver a aproximação a essa vivência urbana da liberdade conquistada em Abril de 1974, numa rua da cidade de Lisboa.

Palavras-chave

Pintura; Poesia; Liberdade; Imagética; Cartaz

12MIIS-46540

Arquitetura moderna brasileira: entre a democracia e a ditadura

Gustavo Riquetto Hvenegaard (PUC Minas; ESECS.IPLeia)ria)

Esta pesquisa, conduzida entre o Brasil e Portugal, visa compreender, através da teoria sociológica, a criação do Conjunto Moderno da Pampulha, um complexo de lazer projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer (1907-2012) na capital de Minas Gerais, Belo Horizonte, na década de 1940. Esta obra marcou a primeira grande realização do movimento arquitetônico moderno brasileiro, que atingiu seu apogeu em 1960 com a inauguração de Brasília, a nova capital do país. Esse processo ocorreu com o patrocínio de Juscelino Kubitschek, Prefeito de Belo Horizonte (1940-1945), Governador de Minas Gerais (1951-1955) e Presidente do Brasil (1956-1961), que coincide com o período democrático brasileiro posterior ao Estado de Novo, de 1945 a 1964.

A arquitetura moderna brasileira, oficialmente inaugurada com o projeto do Edifício Gustavo Capanema em 1936, encontrou grande impulso no governo de Getúlio Vargas, que, como presidente e ditador em diferentes períodos, buscava criar símbolos de um país moderno, industrializado e urbano, alinhado às principais correntes artísticas internacionais.

O Golpe Militar de 1964, no entanto, interrompeu esse processo, forçando ao exílio vários arquitetos e artistas ligados ao modernismo. Esse evento abriu espaço para uma nova fase da arquitetura brasileira, marcada pela predominância do estilo brutalista, especialmente desenvolvido em São Paulo.

Propõe-se, portanto, uma reflexão sobre a relação entre arquitetura e regimes políticos, considerando que essa disciplina está intrinsecamente vinculada às configurações sociopolíticas das sociedades.

Palavras-chave

Sociologia; Arquitetura; Democracia; Brasil; Modernismo

12MIIS-49860

PerfilLocal – projeto editorial afirma 50 anos de Abril

Ricardo Jorge Melo Nunes (Escola Superior de Educação do IPS)

Iara Silva (Escola Superior de Educação do IPS)

Rui Morais (Escola Superior de Educação do IPS)

A afirmação e a consolidação dos valores de Abril, tarefa inacabada e sempre em constante desafio, tem no jornalismo um dos seus principais vetores de afirmação. As conquistas democráticas, consubstanciadas na livre expressão de pensamento, encontram no exercício jornalístico uma das mais nobres manifestações de civilidade: informar em liberdade é condição imprescindível para que o complexo mundo em que vivemos possa ser interpretado, decodificado e entendido nas suas múltiplas complexidades. Razão pela qual se propõe apresentar PerfilLocal, um projeto editorial com uma década de existência que nasceu no âmbito da unidade curricular de Produção de Texto Jornalístico, disciplina opcional da licenciatura em Comunicação Social da ESE-IPS. Tem na sua lógica de funcionamento ancorar as questões conceptuais da prática do jornalismo impresso numa intensa atividade empírica que procura envolver todas as fases da conceção de um projeto editorial. Assim, “da ideia à impressão” é o princípio fundamental da linha pedagógica que, durante um semestre, visa erguer a elaboração de uma revista temática sobre o distrito de Setúbal, englobando, necessariamente, os seus 13 concelhos. O processo visa a constituição de uma redação, em tudo semelhante ao ambiente profissional, de modo a aplicar técnicas organizativas e de expressão jornalística, que conduzam à elaboração de uma revista, em formato impresso. A mais recente edição visou ir ao encontro, no território do distrito de Setúbal, das memórias, realizações e esperanças que Abril desperta. Sempre presente esteve a perspetiva de fazer do passado um ensinamento, do presente uma breve conquista e do futuro um tempo verbal por conjugar. Dessa forma, todos seremos poucos para fazer da rua e do mundo uma imensa praça de “gente madura”. E dessa forma queremos firmemente pensar que “livres habitamos a substância do tempo”.

Palavras-chave

Abril; PerfilLocal; Processo Editorial

B.3. **Associativismo e Comunidade**

12MIIS-30078

Associativismo e desenvolvimento comunitário antes e depois do 25 de Abril

Ana Maria De Sousa Neves Vieira (CICS.NOVA.IPLeia e ESECS.IPLeia)

Ricardo Manuel da Neves Vieira (CICS.NOVA.IPLeia e ESECS.IPLeia)

O Portugal de Salazar, pese embora a folclorização do património e de culturas regionais que mobilizaram e empoderaram identitariamente aldeias, vilas e populações essencialmente rurais, como foi com o caso dos ranchos folclóricos, era avesso a organizações sociais e culturais oficializadas, vistas como potenciais organizações clandestinas capazes de afrontar o poder instituído por um Estado monolítico.

Influências várias, como o associativismo desenvolvido, em contracorrente, em associações que se evidenciaram essencialmente na margem sul do Tejo, fizeram aparecer, aqui e ali, as primeiras Associações Recreativas, Culturais e Desportivas (ARCD) com estatutos aprovados e várias valências que iam do futebol ao teatro, passando pela música, museus locais, bibliotecas, etc. Muitas surgiram mesmo no ano de 1974, ano da Revolução dos Cravos, como foi vista um pouco por todo o mundo, dada a simbologia do cravo na ponta da espingarda nesse 25 de Abril.

Esta comunicação, assente em relatos etnográficos e etnobiográficos, pretende dar conta do processo de construção de uma dessas ARCD, na região de Leiria, seu desenvolvimento estrutural, e também da decadência de algumas dessas valências para se fixar particularmente no futebol, abrindo espaço para a criação de outras associações especializadas, também elas oficializadas, à volta da aventura e desporto, música tradicional, etc.

Essa segunda transição/transformação assegura, ainda hoje, 50 anos pós-25 de Abril, a manutenção de uma afirmação local e regional, e alimenta muita da escassa motivação para a localização residencial e profissional face ao crescente êxodo rural de muitas aldeias, consequência, também, da democratização do ensino e da possibilidade de muitas famílias rurais poderem ver os seus filhos a prosseguir estudos de âmbito superior, o que os leva a partir para as grandes cidades ou para as cidades mais próximas, conforme o poder de compra e as classificações de acesso ao ensino superior.

Palavras-chave

Associativismo; Desenvolvimento Comunitário; Identidades Locais/Regionais

12MIIS-62925

A emergência das Casas do Povo em Portugal e o seu papel no desenvolvimento comunitário

Tânia Cristina Simões de Matos dos Santos (CICS.NOVA.IPLeiria e ESECS.IPLeiria)

Ricardo Manuel das Neves Vieira (CICS.NOVA.IPLeiria e ESECS.IPLeiria)

As Casas do Povo foram projetadas em Portugal pelo Estado Novo, sob a liderança de António Oliveira Salazar, e implementadas em 1933, na sequência da adoção da Nova Constituição, que tinha, entre outros objetivos, a intenção de lançar os alicerces da organização corporativa em Portugal, assumindo como princípios fundamentais a previdência e assistência, a instrução e os progressos locais (Decreto-Lei n.º 23051, de 23 de setembro).

Estas instituições, enquadradas no âmbito das organizações de economia social e solidária, assumiam como finalidade a provisão de serviços destinados à população, com especial foco na população rural, tais como acesso à educação (pequenas escolas e bibliotecas), à saúde (postos médicos), à cultura (cinema) e ao desporto (pequenos campos de futebol). No entanto, estas instituições estavam sujeitas a forte limitação e controlo do Estado, na medida em que o regime tinha o propósito oculto de difundir os ideais nacionalistas e colonialistas, funcionando como meios de propaganda governamental.

A comunicação visa apresentar uma breve análise histórica das Casas do Povo em Portugal, compreender as motivações da sua criação, a forma como foram implementadas e o papel que tiveram no desenvolvimento comunitário do mundo rural. Num segundo momento, pretendemos dar conta da transformação das Casas do Povo, em consequência da Revolução de 25 de Abril de 1974.

Palavras-chave

Revolução de 25 de Abril de 1974; Casas do Povo; Economia Social e Solidária; Desenvolvimento Comunitário

12MIIS-77350

As pessoas são património – estratégias participativas na Carta Arqueológica da Lourinhã

José Bruno da Costa Cruz (CIEBA - Centro de Investigação e de Estudos em Belas-Artes da Universidade de Lisboa)

A realização de uma Carta Arqueológica constitui um documento-chave no planeamento e ordenamento do território, através do mapeamento, caracterização e inventário dos sítios arqueológicos nele existentes. No âmbito da realização da Carta Arqueológica da Lourinhã, que decorre até dezembro de 2026, têm sido adotadas metodologias participativas que visam colocar a população no centro do processo de investigação. Recorrendo a entrevistas individuais, reuniões com a população nas coletividades de cada localidade e visitas a lares e centros de dia, pretende-se criar uma relação de proximidade com os habitantes do concelho, através da valorização do seu conhecimento acerca do território e das suas histórias de vida. Esta abordagem tem tido resultados extremamente positivos, na medida em que contribui para a autoestima dos intervenientes, fortalecendo o sentido de identidade e comunidade. Se, por um lado, esta estratégia assegura o registo e sistematização de informações orais que tendem a desaparecer, por outro, conduz a pistas que são fundamentais no processo de identificação de novos sítios arqueológicos, quer em meio terrestre, quer em meio subaquático.

Palavras-chave

Património; Arqueologia Pública; Carta Arqueológica

12MIIS-81534

“Em Lisboa e no Brasil, sempre em defesa dos valores de Abril”: o Coletivo Andorinha e a mobilização transnacional anti-fascista através das ideias do 25 de Abril

Maria Runkel Cardoso (CRIA - NOVA/FCSH)

Esta pesquisa explora como o Coletivo Andorinha, um grupo de migrantes brasileiros em Lisboa fundado em 2016, articula os valores da Revolução de 25 de Abril numa luta transnacional contra o fascismo e em prol da democracia. Originalmente criado como resposta ao *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff e ao avanço da extrema-direita no Brasil, o coletivo assumiu os ideais de liberdade, justiça e solidariedade de Abril como centrais à sua mobilização.

A frase levada para as manifestações, “Em Lisboa e no Brasil, sempre em defesa dos valores de Abril”, ilustra o compromisso contínuo do Coletivo Andorinha com esses princípios, conectando as lutas democráticas nos dois países e transcendendo fronteiras geográficas e culturais. Assim, o 25 de Abril, longe de ser uma celebração apenas portuguesa, é ressignificado no contexto migrante como uma bandeira universal de resistência contra regimes autoritários.

A pesquisa sublinha o papel central que o Coletivo Andorinha desempenha na disseminação internacional dos valores de Abril entre as comunidades migrantes, promovendo a ideia de que o 25 de Abril representa não só uma revolução local, mas um símbolo de resistência global. Ao fazê-lo, o coletivo fortalece as ligações entre Portugal e Brasil, inserindo-se num movimento mais amplo de cidadania transnacional.

Este estudo reflete sobre o impacto contínuo do 25 de Abril, particularmente entre os migrantes brasileiros em Lisboa, e analisa como os seus valores são revitalizados e aplicados num contexto contemporâneo de resistência política e social.

Palavras-chave

Mobilização Política Transnacional; Migração Brasileira; Anti-Fascismo; Movimentos Sociais

12MIIS-57815

O movimento associativo em Porto de Mós: transições e transformações entre a ditadura, a democracia e o presente

Kevin Carreira Soares (Câmara Municipal de Porto de Mós)

A Constituição de 1976 consagrou o direito de associação, entendido como um dos pilares fundamentais do sistema democrático que se consolidava. Por todo o território nacional, o número de associações cresceu rapidamente, desempenhando um papel fundamental no desenvolvimento de práticas culturais muito diversas, na formação de inúmeros voluntários, na resolução de problemas concretos das comunidades locais e enquanto espaços de reprodução de sociabilidades, especialmente importantes em zonas rurais (Leitão et al., 2009).

Conhecendo esta centralidade, no início de 2022 foi iniciado um projeto, no município de Porto de Mós, dedicado especificamente a conhecer o universo associativo no concelho. Beneficiando da experiência adquirida durante as comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, este projeto tem combinado a investigação documental com a recolha oral, em perspetivas *bottom-up*. A investigação conduzida até este momento permitiu contabilizar 131 coletividades, a partir dos registos do extinto Governo Civil de Leiria (SGMAI - Governo Civil do Distrito de Leiria, Inspeção, Licenciamento, Fiscalização e Segurança, 2141, Registo geral de associações - Leiria e Porto de Mós). Todavia, o mundo associativo é mais dinâmico do que alguns trabalhos permitem antever e, na verdade, o registo atual conta com 170 coletividades de natureza variada.

A partir de uma perspetiva problematizante, esta comunicação pretende caracterizar o universo associativo em Porto de Mós, dedicando particular atenção a três pontos centrais: as fases de criação e evolução das associações do ponto de vista cronológico; as transformações mais importantes que tiveram lugar do ponto de vista da sua atividade; e as razões pelas quais as associações são pilares fundamentais da organização da sociedade e da democracia portuguesa no século XX (Melo, 1999), a partir da perspetiva local.

Palavras-chave

Associações; História Local; Porto de Mós

C.
EDUCAÇÃO, ENSINO E INCLUSÃO SOCIAL

C.1.
Democratização da Educação: Memórias e Narrativas

12MIIS-12091

Memórias da Revolução, discursos para a Nação: professores do Estado Novo / professores e educadores do pós-25 de Abril

Ricardo Manuel das Neves Vieira (CICS.NOVA.IPLeiria e ESECS.IPLeiria)

Ana Maria Vieira (CICS.NOVA.IPLeiria e ESECS.IPLeiria)

Passaram 50 anos sobre a Revolução do 25 de Abril de 74. Em várias geografias, vários eventos comemoram esta data mantendo vivas as memórias do antes e depois do 25 de Abril.

Nesta comunicação, dá-se conta da escuta ativa realizada com vários professores que viveram, enquanto profissionais, a transição da ditadura para a democracia.

No domínio da educação, a década anterior ao 25 de Abril tinha já trazido novas promessas e aberto processos de renovação pedagógica, e mesmo de inovação, de onde se destaca a designada “Reforma Veiga Simão”, inovações instituintes que, curiosamente, vieram até a não ser implementadas.

Através da análise das vozes desses professores e educadores, pretendemos dar conta de transições e transformações na educação, antes e depois da Revolução dos Cravos, de algumas identidades profissionais antes e depois do 25 de Abril, particularmente sobre o modo de conceber a educação, a pedagogia, o ensino e a profissão de professor/educador.

Os professores que chegaram, entretanto, ao final da sua carreira possuem consigo um manancial histórico sobre a dinâmica do sistema educativo e sobre o modo de ser professor antes e depois do 25 de Abril. Eis uma boa razão para lhes dar voz e os escutar, para compreender o que fizeram com a ditadura, com a profissão que desempenharam, as críticas e elogios que fizeram e que fazem hoje sobre a educação desse período onde estudaram e, mais tarde, ensinaram

A comunicação enfocará investigações biográficas de/com professores no âmbito de um projeto de investigação que escutou ativamente as vozes de muitos desses docentes, qual museu de vidas de professores em Portugal, pós-25 de Abril de 74.

Sublinharemos, em particular, a transição de um modo de ser professor monocultural para a assunção de um professor intercultural e mediador de aprendizagens.

Palavras-chave

Memórias; Professor Monocultural; Reprodutor; Mediador

12MIIS-58839

Democratização e a autocratização da escola portuguesa: uma análise e compreensão das narrativas legislativas educacionais do pós-25 de Abril

Henrique Manuel Pereira Ramalho (Politécnico de Viseu - Escola Superior de Educação)

A ideia de democratização da escola, circunstanciando-a no período breve dos 50 anos do 25 de Abril de 1974, por se mostrar demasiado dúbia, está longe de se tornar pacífica e definitiva. *Per se*, é uma ideia que nos ressitua na circunstância de nos posicionarmos ante decisões e políticas educativas que tendem a estruturar os processos de administração, direção e gestão do sistema educativo em derivas mais democráticas e democratizantes ou, inversamente, em derivas tendencialmente mais autocráticas. Os vultos ideológicos respetivamente associados serão sempre um aspeto absolutamente incontornável. As lógicas de administração e gestão educacional, desde uma perspetiva macroestrutural do Sistema, passando pela mesoestrutura e culminando na perspetiva microescolar, são sensíveis a qualquer uma destas configurações (democrática e autocrática), ao que não é alheia a velha discussão travada entre os sentidos dados à centralização e à descentralização das políticas educativas. O objetivo é analisar as derivas discursivas, observadas em sede legislativa, sobre a educação, onde revisitamos as interseções ideológicas decorrentes dos sucessivos governos constitucionais do período pós-democrático, apurando indicadores legislativos suscetíveis de desocultar tendências, ora de democratização, ora posições mais afetas a uma autocratização da educação. O estudo enquadra-se na linha dos estudos qualitativos, entalhado nos procedimentos típicos da análise de conteúdo do tipo semântico e temático-categorial, com recurso a uma agregação categorial e respetiva sistematização de indicadores de forma não frequencial, com potencial inferencial decorrente de presenças e de ausências semanticamente significativas. Adota-se a análise de conteúdo como um procedimento metodológico qualitativo, com propósitos interpretativos e compreensivos da complexa narrativa legislativa (na configuração de discurso oficial) que compõe o respetivo *corpus* documental do estudo. O estudo suscita tendências e incidências bastante esclarecidas de opções de administração e gestão educacional recentralizadoras e/ou de descentralização funcional, tendentes a denunciar uma deriva de autocratização da escola pública portuguesa.

Palavras-chave

Escola; Democracia; Autocracia; Discurso Legislativo; Pós-25 de Abril

12MIIS-86624

Prestação de contas na educação do pós-25 de Abril: sentidos discursivos em análise

Henrique Manuel Pereira Ramalho (Politécnico de Viseu - Escola Superior de Educação)

A ideia de prestação de contas apenas à educação, circunstanciando-a no período dos 50 anos do 25 de Abril de 1974, por se mostrar absolutamente neutral e aclimatada nos discursos e nas práticas educacionais de hoje, merece, no mínimo, ser problematizada, desconstruída e compreendida. É uma ideia que nos ressitua ante processos e atores muito diferenciados, seja em termos de capacidade de decisão política e cultural, seja em termos de competência funcional.

O objetivo geral deste estudo é desmistificar a condição neutra com que a ideia de prestação de contas se tem vindo a apresentar no quadro legislativo de referência, orientando-nos pelas seguintes questões críticas: i) Como é que a noção de prestação de contas evoluiu e, eventualmente, se infletiu no discurso educacional oficial nos últimos 50 anos, em Portugal?; ii) A quem cabe o papel de exigir contas e a função de prestar contas?; iii) Com que propósitos e finalidades se concretiza a ideia de prestação de contas?; iv) Que “senhores” serve a prestação de contas?; v) Em que alinhamento paradigmático é que a prestação de contas inscreve a educação, a escola e os seus atores? O estudo enquadra-se na linha dos estudos qualitativos, entalhado nos procedimentos típicos da análise de conteúdo do tipo semântico e temático-categorial, com recurso a uma agregação categorial e respetiva sistematização de indicadores de forma não frequencial, com potencial inferencial decorrente de presenças e de ausências semanticamente significativas. Adota-se a análise de conteúdo como um procedimento metodológico qualitativo, com propósitos interpretativos e compreensivos da produção legislativa educacional (na configuração de discurso oficial) que compõe o respetivo *corpus* documental do estudo. Elucidam-se lógicas de prestação de contas do tipo instrumental e funcional, afetas à agenda eficientista da educação, substancialmente distanciada de propósitos de controlo democrático da educação.

Palavras-chave

Educação; Prestação de Contas; Discurso Legislativo; Pós-25 de Abril

12MIIS-73802

O Instituto Superior Miguel Torga e a Revolução de 25 de Abril

Sónia Ribeiro (Instituto Superior Miguel Torga)

Maria Rosa Tomé (Instituto Superior Miguel Torga)

Dulce Simões (Instituto Superior Miguel Torga)

O Instituto Superior Miguel Torga (ISMT) tem a sua história fortemente ligada aos acontecimentos da Revolução dos Cravos de 25 de Abril de 1974. Fundada em 1937 como Escola Normal Social “A Saúde”, em Coimbra, a instituição operou por 37 anos sob o regime ditatorial. Durante esse período, o Serviço Social foi utilizado como uma ferramenta para fortalecer a ideologia do Estado Novo, com o ensino dominado pelo corporativismo e pela Doutrina Social da Igreja, promovendo valores conservadores, como “Deus, Pátria e Família” (Martins, 2009).

Contrastando com as tendências internacionais da profissão, de tradição mais tecnicista ou já influenciada pelo cientismo desenvolvimentista do pós-guerra (anos 50 e 60), começaram a surgir resistências significativas a essa visão conservadora. Em 1965, a Escola Normal Social de Coimbra foi renomeada Instituto de Serviço Social de Coimbra.

Através da intensificação dos movimentos sociais, na crescente contestação ao regime ditatorial, alguns setores do Serviço Social em Portugal conheceram o processo de reconceptualização latino-americano e começaram a integrar perspetivas mais críticas e progressistas. A autonomia das escolas de Serviço Social, como a de Coimbra, foi um passo importante nesse processo.

Com a queda da ditadura e a consolidação da democracia, o Instituto Superior de Serviço Social de Coimbra, que viria a tornar-se o ISMT em 1998, continuou a desempenhar um papel vital na formação de profissionais alinhados com os valores da justiça social e da igualdade. Logo após a Revolução, ocorreu um forte desenvolvimento no ativismo revolucionário de professores e estudantes, que se repercutiu na rutura com todas as normas pedagógicas e suspensão das atividades em curso.

A Revolução de 25 de Abril, ao pôr fim a décadas de repressão, abriu espaço para uma transformação profunda no Serviço Social português, que passou a adotar uma postura mais crítica e voltada para a emancipação social.

Palavras-chave

ISMT; 25 de Abril

C.2. Mediação Intercultural e Práticas Pedagógicas

12MIIS-42585

Práticas pedagógicas para a justiça social no ensino superior em Portugal

Patrícia Pereira (CICS.NOVA.IPLeiria e ESECS.IPLeiria)

Rita Cachado (CIES, Iscte)

Inês Pereira (NOVA FCSH)

Nos últimos anos, têm crescido significativamente as discussões em torno do papel das universidades na manutenção ou no desmantelamento de diversas estruturas de opressão. Conceitos como a descolonização dos *curricula*, o emprego de linguagem neutra, a análise do privilégio epistemológico e a promoção de uma educação inclusiva têm suscitado debates intensos que desafiam as abordagens pedagógicas e o desenvolvimento curricular tradicionais. As ciências sociais, dada a sua posição única e fundamentos teóricos, não podem manter-se alheias a estas discussões, cujos ecos começam a ressoar nas universidades portuguesas.

Este estudo visa investigar experiências pedagógicas concretas em licenciaturas e mestrados em ciências sociais, com um enfoque específico nas práticas de ensino que promovem a justiça social. Adotando uma abordagem etnometodológica, procuramos construir relatos que tornem visíveis as práticas quotidianas de docentes empenhados em desconstruir a opressão através do seu ensino. A nossa análise abrange práticas relacionadas com a conceção de programas e seleção de autores, bem como interações diárias em sala de aula, uso da linguagem e exercícios educativos.

As experiências em questão estão a ser recolhidas através de entrevistas com participantes neste processo, utilizando um método de amostragem em bola de neve. A nossa abordagem é ampla e interseccional, incluindo práticas pedagógicas que abordam a classe social, a opressão pós-colonial e racial, o género, a identidade de género, a segregação espacial e as dinâmicas entre centro e periferia.

Embora o nosso estudo ainda esteja numa fase inicial, fornece perspetivas sobre as formas como os professores de ciências sociais no ensino superior estão a trabalhar para integrar princípios de justiça social na sua prática. Esta investigação contribui para o diálogo em curso sobre o papel do ensino superior na promoção da justiça social.

Palavras-chave

Práticas Pedagógicas; Justiça; Ensino Superior

12MIIS-68005

Mediação intercultural e inclusão das pessoas ciganas: desafios e possibilidades

Inês Barbosa (Instituto de Sociologia da Universidade do Porto)

A mediação intercultural é amplamente reconhecida como uma ferramenta essencial para promover o diálogo intercultural, valorizar a diversidade e facilitar a inclusão das pessoas ciganas. A revolução democrática portuguesa trouxe novas oportunidades de participação e direitos para as minorias, incluindo os/as ciganos/as, que historicamente enfrentam marginalização e exclusão social. No entanto, a inclusão plena deste grupo social ainda enfrenta desafios significativos, sendo a mediação intercultural um dos principais mecanismos para enfrentar essas barreiras. Esta prática tem produzido resultados positivos em diversos contextos: famílias, escolas, hospitais e serviços públicos. Contudo, a falta de um estatuto de carreira para mediadores/as interculturais limita a sua inserção profissional. Por outro lado, a indefinição e sobreposição das suas funções muitas vezes resulta numa sobrecarga, sendo os/as mediadores/as vistos/as como “panaceia para todos os problemas”. Desde 2013, com a inclusão da mediação intercultural como eixo transversal na Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (ENICC), projetos como o ROMED e os Mediadores Municipais Interculturais têm promovido a capacitação de mediadores/as ciganos/as e a articulação entre estas comunidades e as políticas públicas locais. Em 2018, a mediação passou a ser um objetivo estratégico da ENICC, reconhecendo-se a importância de reforçar e expandir a intervenção nesta área. Apesar dos progressos, ainda há muito a ser feito para garantir que a mediação intercultural seja reconhecida como profissão legítima, com estatuto claro, formação adequada e contratos estáveis, assegurando o impacto positivo que esta tem na inclusão social e no acesso a direitos fundamentais, como saúde, educação, emprego e habitação. Esta comunicação resulta de uma avaliação externa à ENICC (2023) e dos resultados preliminares do Estudo Nacional das Comunidades Ciganas (2023.10572.CIG), em curso.

Palavras-chave

Mediação Intercultural; Inclusão Social; Comunidades Ciganas

12MIIS-25215

Entre a mediação idealizada e a mediação possível: o papel dos mediadores municipais interculturais no processo de integração de pessoas ciganas na cidade do Porto

Olga Maria dos Santos Magano (Universidade Aberta & CIES-Iscte)

Romero (1997) defende a mediação intercultural como uma modalidade de intervenção de terceiras partes, em e sobre situações sociais de multiculturalidade significativa, orientada para a consecução do reconhecimento do outro e aproximação das partes, entre atores sociais ou institucionais etnoculturalmente diferenciados. Contudo, geralmente, é apontada apenas a necessidade de mediação em contextos de vulnerabilidade e exclusão social (Guerra, 2008). Por vezes, trata-se de tentativas de “normalização” dos “outsiders”, daqueles que se diferenciam dos “estabelecidos” (Elias & Scotson, 2000 [1965]), do ponto de vista cultural, visto que alguns cidadãos são encarados com estranheza ou até como “estrangeiros” (Simmel, 1997), acantonados espacial e socialmente e segregados do tecido urbano e da cidade (Wäcquant, 2014). Passados 50 anos do 25 de Abril de 1974, é notória a persistência da ciganofobia (Bastos, 2012) e do anticiganismo (FRA, 2022; Magano & D’Oliveira, 2023) em Portugal, estando por cumprir o direito à não discriminação.

A criação de equipas de mediadores municipais e interculturais, no âmbito do Plano Estratégico para as Migrações, da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas 2013-2020 e do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (Portugal 2020), em 2018, procurou responder à necessidade de intervenção intercultural junto da população cigana e imigrante. O objetivo desta apresentação é refletir sobre a ação desenvolvida, em termos de mediação junto de pessoas/famílias ciganas, no período de implementação e execução do projeto no município do Porto (março 2019 - abril 2022), através de dados de inquérito aplicado a pessoas ciganas e entrevistas realizadas a técnicos e mediadores, para conhecer o impacto que o projeto teve em entidades públicas e em munícipes ciganos e não ciganos. Os resultados apontam para uma enorme panóplia de atividades, papéis e expectativas atribuídos aos mediadores e os constrangimentos para a concretização, por vezes inatingível, ou fora do alcance, destes interventores.

Palavras-chave

Ciganos; Mediação Intercultural; Porto

12MIIS-30419

Educação para a democracia na era da IA – reflexões sobre algumas práticas pedagógicas democráticas em sala de aula

Ana Paula da Silveira Simões Pedro (Universidade de Aveiro)

É inegável o papel vital que as sociedades europeias contemporâneas têm vindo a atribuir à educação para a democracia (EpD). Os desafios com que são confrontadas – erosão e vulnerabilidade das democracias, ascensão de movimentos nacionalistas, autoritários e populistas – ameaçam a legitimidade das instituições democráticas e a coexistência pacífica dos países europeus, de que Portugal não é exceção. Enquanto país pós-ditadura do 25 de Abril, é um caso de interesse para o estudo desta temática devido à prevalência histórica de 50 anos de democracia que celebra este ano. Estes factos têm conduzido ao reexaminar do verdadeiro propósito da educação, centrando os seus discursos numa perspetiva de EpD como um espaço significativo para refletir e agir criticamente, estimular a participação democrática, contribuir para a redução dos estereótipos e preconceitos e para a neutralização do discurso da extrema-direita. Baseando-nos em estudos sobre o papel da escola na resposta a estes desafios e na observação *in loco* realizada em contexto de prática pedagógica numa escola do 1.º ciclo EB do distrito de Aveiro, identificamos diversas práticas pedagógicas democráticas que os professores desta escola adotaram enquanto estratégias para potenciar a EpD em sala de aula: 1) o diálogo com os alunos e a sua participação na tomada de decisões, valorizando a sua “voz” e empoderamento; 2) as assembleias de turma na resolução de conflitos; 3) a aprendizagem e a prática de valores típicos da democracia através do trabalho cooperativo. Apesar destes resultados positivos, as competências de pensamento crítico e de argumentação nem sempre ocorreram. No entanto, neste admirável mundo novo ainda por explorar em que a trilogia democracia, educação e IA apresenta desafios inéditos, o papel do professor é insubstituível no desenvolvimento destas competências (tradicionais) necessárias para a resolução de (novos) problemas e para a preparação de cidadãos críticos para um futuro incerto.

Palavras-chave

Educação; Democracia; Pensamento Crítico

C.3.

Educação, Instituições e Direitos

12MIIS-52751

As instituições de ensino superior e a Constituição da República Portuguesa de 1976

Mário Simões Barata (Instituto Politécnico de Leiria)

A Constituição da República Portuguesa (CRP) de 1976 dedica um artigo às instituições de ensino superior: o artigo 76.º. Em concreto, o n.º 1 trata do regime de acesso às universidades e às demais instituições de ensino superior, ao passo que o n.º 2 versa sobre a autonomia das universidades. No entanto, o modelo de ensino superior em Portugal é binário (i.e., universidades e institutos politécnicos) e essa característica estruturante do nosso sistema não encontra qualquer reflexo na lei fundamental.

Esta omissão poderá ser eventualmente retificada no quadro de um novo processo de revisão constitucional. Passados 48 anos desde a sua entrada em vigor, acreditamos que o n.º 2 do artigo 76.º da lei fundamental deve ser revisto, de modo a incluir todas as instituições de ensino superior e não só aquelas com a designação de universidade. Nesse sentido, o Partido Comunista Português (PCP) apresentou uma proposta de alteração do artigo 76.º da CRP, no quadro do 12.º processo de revisão constitucional, de modo a alinhar o preceito com o modelo binário existente e consolidado em Portugal.

Em suma, a nossa comunicação visa analisar a norma constitucional relativa as universidades, que foi elaborada e aprovada na sequência da Revolução do 25 de Abril de 1974, bem como a proposta formulada pelo PCP, que não subscrevemos em virtude de a mesma não valorizar as instituições de ensino superior politécnico e não estar alinhada com o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES), nem tão pouco com as mais recentes alterações legislativas que entraram em vigor, na sequência da iniciativa em torno da valorização deste subsistema de ensino superior.

Palavras-chave

Constituição; Instituições de Ensino Superior

12MIIS-74001

Migrações, políticas de integração e os desafios presentes na educação de alunos migrantes recém-chegados

Maria de Fatima Ginicolo (Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto)

Dentre os múltiplos efeitos da Revolução de Abril de 1974 estão as migrações em massa que transformaram e continuam a transformar a sociedade portuguesa. À chegada de cidadãos de países africanos e de portugueses residentes nas ex-colônias, seguiram-se muitas outras, marcadamente de cidadãos do Brasil e de países europeus vizinhos. O fenómeno complexificou-se a partir dos anos 2000, quando passaram a somar-se aos migrantes falantes do português cidadãos vindos do leste europeu e de países como a China, Paquistão e Índia. Embora a crise econômica de 2008 tenha desacelerado estes movimentos, eles foram retomados em 2017. Segundo dados da Agência de Integração Migrações e Asilo (AIMA), em 2023 verificou-se um acréscimo da população estrangeira residente, de 33,6% face a 2022, perfazendo um total de 1.044.606 cidadãos estrangeiros titulares de Autorização de Residência. Estas migrações trouxeram desafios aos quais o país tem procurado dar respostas, tendo sido reconhecido internacionalmente pela qualidade de suas políticas de integração em diferentes áreas e particularmente na área da Educação. Contudo, ainda pouco se sabe sobre como as escolas têm ‘traduzido’ estas políticas em suas práticas. Esta lacuna foi objeto de minha investigação de mestrado em Ciências da Educação, publicada pelo Alto Comissariado das Migrações em 2023. Esse estudo está agora sendo aprofundado no âmbito de um projeto de doutoramento e pretendo aqui apresentar o levantamento de dados que foi determinante para a escolha dos contextos em que estão a ser realizados os estudos de campo. Para além de uma breve apresentação dos resultados da investigação anterior, identificar-se-ão regiões, cidades e escolas que mais receberam alunos migrantes no período compreendido entre os anos letivos de 2017-2018 e 2021-2022. Espera-se contribuir para que investigadores e profissionais interessados em desenvolver projetos interculturais e de intervenção social em ambientes educativos possam embasar futuros trabalhos nos dados fornecidos.

Palavras-chave

Migrantes; Integração Escolar; MIPEX

12MIIS-77076

Segurança escolar: sustentar a liberdade

Milena Isabel da Luz Pereira (DGEstE/DSSE)

Liliana Martins (DGEstE/DSSE)

Isabel Dâmaso Santos (DGEstE/DSSE)

A comunicação proposta visa observar como a escola evoluiu ao longo dos últimos 50 anos, desde o regime autoritário do Estado Novo até à implementação de políticas democráticas e inclusivas após o 25 de Abril. No que respeita à segurança escolar e ao ambiente escolar, pretende-se compreender como as escolas deixaram de ser espaços de controlo e repressão para se tornarem locais que promovem a proteção dos direitos humanos, da liberdade de expressão e da convivência democrática.

Importa, desde logo, refletir em torno do conceito de segurança escolar, apreciando as mutações do mesmo, que envolve, atualmente, áreas diversas, tais como a proteção física dos elementos que compõem a comunidade educativa, a gestão de infraestruturas escolares, as políticas públicas, designadamente na esfera da Educação, bem como o impacto que mudanças sociais têm no ambiente escolar.

Com base na análise dos resultados do estudo acerca do passado e do presente da segurança escolar em Portugal, intenta-se perspetivar caminhos de futuro desta vertente da Educação, que se assume cada vez mais determinante no bem-estar escolar e no sucesso educativo, procurando ir ao encontro das necessidades e especificidades da comunidade educativa, e ajustando-se à evolução da sociedade e às suas crescentes exigências.

Palavras-chave

Segurança Escolar; Educação; Bem-Estar; Democracia



O 25 de Abril, é sabido, transformou-se num fenómeno multidimensional por onde é possível espriar um caleidoscópico de olhares, ou seja, de perspetivas sempre renovadas. De algum modo, consistiu num golpe militar que, sendo objeto de uma imediata apropriação popular, deu origem a uma revolução. Esta, enquanto tal, incorpora traços típicos de qualquer fenómeno revolucionário, mas também traços singulares que a têm tornado num estudo de caso de contornos internacionais.

A 12.^a Conferência MIIS pretende, assim, constituir-se num espaço de reflexão sobre alguns dos múltiplos efeitos que a Revolução de Abril terá inspirado, sabendo nós que Portugal vive, de acordo com muitos investigadores, o período de maior e mais rápida mudança de toda a sua longa história. Sendo cada um de nós testemunha e protagonista deste período, fica o desafio para pensarmos os “50 ANOS DE 25 DE ABRIL: TRANSIÇÕES E TRANSFORMAÇÕES”, neste Ciclo de Conferências, iniciado no dia 19 de março de 2024, Dia do Pai e Dia Internacional do Serviço Social, e com encerramento na Conferência de 5 e 6 de dezembro.

A Conferência contará, na abertura, com a intervenção de Álvaro Laborinho Lúcio, Juiz Jubilado do Supremo Tribunal de Justiça, e, ao longo dos dois dias, com três mesas-redondas subordinadas a diferentes temáticas.

As comunicações livres, igualmente transversais aos dois dias da Conferência, serão apresentadas *online* e presencialmente e enquadram-se em três grandes temas, a debater em nove sessões paralelas.

Este trabalho foi financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto «UIDB/04647/2020» do CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa e pela ESECS.IPLeiria.